

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - CAMPUS VII - CODÓ
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS/HISTÓRIA

NATHÁLIA CRISTIELLE MOUZINHO DE OLIVEIRA

ORGANIZAÇÃO DE MULHERES: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A
CONSOLIDAÇÃO DA IDENTIDADE DAS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU
NO BAIRRO CODÓ NOVO, CODÓ-MA

Codó - MA
2018

NATHÁLIA CRISTIELLE MOUZINHO DE OLIVEIRA

ORGANIZAÇÃO DE MULHERES: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A
CONSOLIDAÇÃO DA IDENTIDADE DAS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU NO
BAIRRO CODÓ NOVO, CODÓ-MA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito para obtenção do grau de
Licenciada em Ciências Humanas – História,
pela Universidade Federal do Maranhão –
Campus VII - Codó.

Orientadora: Profa. Dra. Jascira da Silva Lima

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

Oliveira, Nathália Cristielle Mouzinho de.

Organização de mulheres: : desafios e perspectivas para a consolidação da identidade das quebradeiras de coco babaçu no bairro Codó Novo, Codó-MA / Nathália Cristielle Mouzinho de Oliveira. - 2018.

72 p.

Orientador(a): Jascira da Silva Lima.

Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Humanas - História, Universidade Federal do Maranhão, Codó, 2018.

1. Associação das Mulheres. 2. Identidade. 3. Quebradeiras de coco. 4. Sujeição das mulheres. I. Lima, Jascira da Silva. II. Título.

NATHÁLIA CRISTIELLE MOUZINHO DE OLIVEIRA

ORGANIZAÇÃO DE MULHERES: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A
CONSOLIDAÇÃO DA IDENTIDADE DAS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU NO
BAIRRO CODÓ NOVO, CODÓ-MA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito para obtenção do grau de
Licenciada em Ciências Humanas – História,
pela Universidade Federal do Maranhão –
Campus VII - Codó.

Codó - MA, 19 de Julho de 2018

APROVADA EM: ____ / ____ /2018. NOTA: _____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Jascira da Silva Lima
Orientadora

Profa. Dra. Tatiane da Silva Sales – UFMA Campus VII
Primeira Examinadora

Profa. Dra. Francilene Brito da Silva – CCE/UFPI
Segunda Examinadora

À minha família.

A minha mãe Rosa de Lourdes Farias Mouzinho de Oliveira, ao meu pai Antonio Francisco
Querino de Oliveira e ao meu irmão Antonio Fágno Mouzinho de Oliveira.

AGRADECIMENTOS

Ao Senhor Jesus Cristo pelo dom da minha vida e à Virgem Mãe Santíssima que intercedeu e me sustentou em todos os dias difíceis na minha vida e na vida da minha família, me permitindo o fechar de mais um ciclo da minha vida. Obrigada Jesus, por me amar em minha pequenez e segurar a minha mão.

À minha família que acreditou nesse sonho junto comigo, me motivando a não desistir e me sustentar por meio de orações e pelo próprio alimento quando lhes faltava.

À minha querida avó Dona Telma Maria Farias Mouzinho que me concedeu consolo de avó e moradia nos primeiros anos do meu curso, em Timbiras-MA.

Aos meus amigos pelo convívio e apoio, especialmente Guilherme Willisgnton Tavares Pereira que aceitou e confiou em dividir moradia com alguém que acabara de conhecer e me compreendeu em meus dias difíceis, ao meu amigo Hamilton Ferreira de Sousa Neto que por inúmeras vezes me ofereceu sua casa quando eu ainda morava em Timbiras e principalmente pelo ombro amigo e aos meus amigos Natanael Araújo Faustino e Antonia Tavares de Gama Neta. Pela amizade de Walmir Wiver dos Reis Neto que mesmo distante geograficamente manteve a assiduidade da nossa amizade e cuidou de mim durante essa mudança de vida.

Minha gratidão à Universidade Federal do Maranhão – Campus VII/Codó, por meio das minhas professoras e professores que me orientaram durante a minha vida acadêmica nesse campus, profissionais dos quais eu tenho total respeito e admiração em suas particularidades. Especialmente à minha orientadora Profa. Dra. Jascira da Silva Lima, Professora Dra. Cristiane Dias Martins Costa e Prof. Dr. José Carlos Aragão Silva que acreditaram em minha dedicação aos estudos e pela oportunidade de por em prática a atividade docente ao me proporcionarem a participação dos projetos que coordenaram Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência - PIBID e Projeto Letras e Números – LETRAR, projeto dos quais considereei essenciais para a minha formação acadêmica e humana.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES pela oportunidade da prática docente, por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à

Docência – PIBID, me conferindo ultrapassar os limites geográficos em busca de novas experiências acadêmicas através do acesso a instituições federais de outros estados.

Às mulheres quebradeiras de coco, por me conceder acesso à as suas vidas e pela confiança durante o processo de pesquisa, me concedendo entrevista em suas residências e até mesmo em data e horários inoportunos. Principalmente Dona Zilda Lopes de Araújo (Dona Zildinha) por imensa simpatia e paciência, bem como à Francisca Maria Pereira (Francisca) – Coordenadora técnica do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu – MIQCB, regional Mearim/Cocais, que em sua delicadeza não impôs empecilhos a me ajudar a deslocar-me para a cidade de Cajari-MA para que eu pudesse ter experiência na prática sobre o MIQCB.

Ao meu Grupo de Oração Universitária - GOU Apascentar, por meio do Ministério Universidades Renovadas - MUR do qual eu tive acesso quase ao final do meu curso, mas acredito que tenha sido o momento de Deus. Grupo católico que surgiu como instrumento de graça em minha vida, principalmente sendo o meu sustento durante momentos difíceis acadêmicos e pessoais. Minha eterna gratidão pelas sinceras amizades que fiz por meio desse ministério, especialmente por minha amiga Luzivane dos Santos Galvão que como uma irmã cuidou de mim, me auxiliando inclusive na locomoção para a minha pesquisa.

E, de maneira muito especial, aos meus colegas de turma pela troca de experiências e convívio, bem como os demais funcionários desse campus pelo zelo para conosco discentes, dos quais eu sempre mantive total respeito e gratidão pelo imenso cuidado que tiveram inclusive comigo. Minha gratidão também aos meus amigos discentes timbirenses, que me acolheram na minha chegada e me ajudaram a enfrentar grandes desafios durante as nossas viagens noturnas, durante o período de dois anos.

Eu vim de longe

*Eu vim de longe, pra encontrar o meu caminho,
tinha um sorriso e o sorriso ainda valia.*

*Achei difícil a viagem até aqui,
Mas eu cheguei, mas eu cheguei.*

[...]

*Eu vim por causa daquilo que não se vê,
Vim nu, descalço, sem dinheiro e na pior.*

*Achei difícil a viagem até aqui,
Mas eu cheguei, mas eu cheguei*

*Eu tive ajuda de quem você não acredita,
Tive esperança de chegar até aqui.*

Vim caminhando, aqui estou.

Me decidi: eu vou ficar, eu vou ficar.

(Interpretada por As Encantadeiras, 2014)

RESUMO

A concretização deste estudo permitiu uma melhor compreensão da construção da autonomia das mulheres quebradeiras de coco babaçu do bairro Codó Novo, na cidade de Codó-MA, a partir da análise da experiência de organização associativa destas mulheres. O processo de análise de construção do perfil identitário das mulheres quebradeiras de coco e descrição da forma organizativa de associação se deu por meio da narrativa dessas mulheres em meio aos seus silenciamentos e força política, especialmente local. Durante a pesquisa de campo, utilizei o método da entrevista semiestruturada e observação participante para levantamento dos depoimentos das mulheres foco deste trabalho. Também subsidiaram este estudo, informações levantadas junto à prefeitura municipal, bem como a análise de documentos oficiais. Para analisar e compreender esse processo utilizei-me do aporte teórico de autores como HALL (2011), ALMEIDA (1995; 2009), MENDES (2016), BOURDIEU (1998; 2002). Dentre outras questões o estudo apontou para o fato de que as histórias de vida das mulheres quebradeiras de coco confluíram para a organização da associação, lhes oportunizando a construção da autonomia tanto política como econômica.

Palavras-chave: Associação das mulheres. Identidade. Quebradeiras de Coco. Sujeição das mulheres.

ABSTRACT

The realization of this study allowed a better understanding of the construction of the autonomy of the babassu coconut breakers from the Codó Novo neighborhood in the city of Codó-MA, based on the experience of associative organization of these women. The process of analysis of the identity profile of women coconut breakers and description of the organizational form of association took place through the narrative of these women in the midst of their silencing and political force, especially local. During the field research, I used the method of semi-structured interview and participant observation to survey the women's statements focus of this work. They also subsidized this study, information gathered with the municipal government, as well as the analysis of official documents. To analyze and understand this process, I used the theoretical input of authors such as HALL (2011), ALMEIDA (1995; 2009), MENDES (2016), BOURDIEU (1998; 2002). Among other issues, the study pointed to the fact that the life histories of coconut breakers came to the organization of the association, providing them with the construction of both political and economic autonomy.

Keywords: Coconut Breakers. Subjection of women. Women's Association. Identity.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: (A) Divisão do babaçu; (B) mesocarpo de babaçu; (C) sequilho de babaçu.

Figura 2: (A) Bijuterias e chaveiros; (B) artesanato da palha; (C) azeite e óleo. (D) sabão e sabonete.

Figura 3: Mapa urbano de divisão dos bairros de Codó-MA.

Figura 4: Quebradeiras de coco durante 5 ° festival do coco babaçu, Cooperativa dos Agricultores e Agricultoras Familiares Agroextrativistas Codó-MA (COOAFA), Monte Cristo-Codó-MA.

Figura 5: Fluxograma cadeia do babaçu.

Figura 6: AQQC, Codó Novo, Codó-MA.

Figura 7: Prédio I da ACTBB, Rua Puraqué.

Figura 8: (A) Fogão industrial e armário e aço; (B) forrageira grande; (C) tanque de aço; (D) armários-arquivo em aço.

Figura 9: (A) Área externa com rampa; (B) sala e banheiros; (C) cadeiras, aparadeiras e bacias; (D) seladora conjugada.

Figura 10: (A) Discussão de experiências das mulheres com o projeto Agroquintais; (B) mobilização comunidade e estado discussão sobre a educação no município; (C) caminhada pela mobilização; (D) ocupação da prefeitura do município.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Subdivisão das regionais do MIQCB – Maranhão.

Tabela 2: Identificação das Entrevistada

LISTA DE SIGLAS

ACTBB - Associação Comunitária dos Trabalhadores no Beneficiamento do Babaçu
AQQC - Associação dos Quebradores e Quebradeiras de Coco de Codó Novo
ASSEMA - Associação em Área de Assentamento no Estado do Maranhão
ATAM - Associação dos Trabalhadores Agrícolas do Maranhão
ATES - Assessoria Técnica Social e Ambiental
CEMAR - Companhia Energética do Maranhão
CPT - Comissão Pastoral da Terra
EJA - Educação de Jovens e Adultos
FUNBIO - Fundo Brasileiro para a Biodiversidade
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ISPN - Instituto Sociedade População e Natureza
MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MIQCB - Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu
MMA - Ministério de Meio Ambiente
OLEAMA - Oleaginosas Maranhenses AS
PA - Projeto de Assentamento
PAEX - Projeto de Assentamento Extrativista
PDP - Plano Diretor Participativo
PNDRSS - Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RESEX - Reservas Extrativistas
SAGRISA - Sociedade Agroindustrial de Babaçu
SIDRA - Sistema Integrado de Recuperação Automática
SINTRAF - Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar
STTR - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
UEMA - Universidade Estadual do Maranhão
UFMA - Universidade Federal do Maranhão
ULTAB - União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
URE - Unidade Regional de Educação

LISTA DE SITES CONSULTADOS

www.ufersa.edu.br
www.social.org.br
www.cultura.ma.gov.br
www.planalto.gov.br
www.incra.gov.br
www.istoedinheiro.com.br
www.eleicoes2016.com.br
www.fgv.br
www2.camara.leg.br
www.receita.fazenda.gov.br
www.plan.org.br
www.bacabal.ufma.br
www.ava.icmbio.gov.br
www.rigeo.cprm.gov.br
www.cptnacional.org.br
www.ibge.org.br
www.cerratinga.org.br
www.miqcb.org
www.mma.gov.br
www.sou.undb.edu.br
www.ojs.ufpi.br
www.mda.gov.br
www.ispn.org.br
www.codo.ma.gov.br
www.agricultura.gov.br

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1 CONTEXTO AMBIENTAL E SOCIOCULTURAL DO BABAÇU NO MARANHÃO E AS ESPECIFICIDADES DO BAIRRO CODÓ NOVO – MA....	20
1.1 Localização da área de pesquisa.....	24
2 O PERFIL IDENTITÁRIO DAS MULHERES LIDERANÇAS QUEBRADEIRAS DE COCO DO BAIRRO CODÓ NOVO	27
3 O PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO DAS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU DO BAIRRO CODÓ NOVO COMO INSTRUMENTO PARA A CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA DAS MULHERES	46
3. 1 Dominação masculina: rupturas a partir da reorganização associativa das mulheres quebradeiras de coco no bairro Codó Novo	50
3. 2 A estruturação e a articulação política das mulheres quebradeiras de coco do bairro Codó Novo, elementos para a consolidação da identidade?.....	55
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	64
REFERÊNCIAS	65
APÊNDICES	69
Apêndice A.....	70
Apêndice B	71
Apêndice C	72

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é resultante de uma pesquisa que teve por objetivo abordar e compreender o processo de construção da autonomia das mulheres quebradeiras de coco do bairro Codó Novo, através da experiência de sua organização associativa no município de Codó-MA. A análise desse processo se deu a partir da construção da narrativa dessas mulheres do campo, carregadas de silenciamentos e força política.

O interesse sobre o estudo desta temática de construção da identidade e autonomia das mulheres quebradeiras de coco do bairro Codó Novo surgiu a partir de uma conversa informal com uma quebradeira de coco integrante da associação do município de Timbiras-MA, a conversa se deu aliada à curiosidade quanto ao posicionamento político que essas mulheres carregam em suas falas, bem como o poder de mobilização das mesmas junto aos espaços públicos de projeção política.

Após longa conversa informal com a quebradeira de coco provoqueei-a com o convite para desenvolver uma pesquisa tendo a associação que a mesma participa como o foco central desse trabalho. Porém, mesmo o convite tendo sido aceito, ao longo de dois encontros informais percebi que alguns tensionamentos políticos internos poderiam travar futuramente alguns elementos da minha pesquisa, motivo essencial pelo qual resolvi mudar o *lócus* da pesquisa para o município de Codó-MA.

Apesar de não possuir envolvimento direto com qualquer movimento voltado para as quebradeiras de coco de Codó, a atividade de quebrar coco sempre esteve envolto da minha história, tendo em vista que a minha mãe citou algumas vezes já ter praticado a quebra do coco, quando casou-se, mas que não perdurou na atividade extrativista. Porém, essa ainda é praticada por alguns familiares, sempre mulheres. O que me conduziu a questionar, por que esta é uma atividade praticada em sua maioria por mulheres? Partindo desta informalidade, anos depois, reencontrei uma das integrantes da associação, conforme supracitado, no próprio município de pesquisa, em que pude verificar a gama de conhecimento, especialmente político, expresso num breve diálogo desta mulher.

Munida da escolha do sujeito social a ser pesquisado, procurei me informar qual seria o local de encontro dessas mulheres, pois, lembrei-me que durante a apresentação de trabalho de uma colega de turma na disciplina de História da Alimentação, a mesma explanou sobre o babaçu e mencionou sobre uma forma organizativa dessas mulheres quebradeiras de coco em forma de associação no município de Codó. Ciente da informação acerca do bairro

onde as mesmas se concentram, procurei de imediato me deslocar até a Associação Comunitária dos Trabalhadores no Beneficiamento do Babaçu - ACTBB, no Puraqué, ao final do bairro Codó Novo, em Codó Maranhão, local em que tive contato direto com a presidente da associação e, a partir de então, revelei o meu interesse em desenvolver uma pesquisa acerca das mulheres quebradeiras de coco dessa associação, resultando na aceitação por parte da presidente.

Diante dessa delimitação de sujeito e espaço – a associação, procurei investigar pesquisas voltados para a forma organizativa e política dessas mulheres, momento em que passei a me questionar sobre o que eu pesquisaria especificamente acerca das quebradeiras de coco, para além da sua organização enquanto associação. Foi então, que conversando com a minha orientadora Professora Jascira da Silva Lima, mencionei sobre a inquietação de envolver a identidade e a autonomia dessas mulheres quebradeiras de coco, a partir da sua forma organizativa.

A partir dessa definição, pesquisei quais técnicas metodológicas poderiam subsidiar o levantamento de dados sobre as mulheres quebradeiras de coco no intuito de sustentar a minha pesquisa, na ocasião senti a necessidade de utilizar tanto o método da entrevista semiestruturada, quanto da observação participante, já que esta pesquisa se trata do uso de métodos qualitativos que darão base aos depoimentos das mulheres centro dessa pesquisa.

Segundo Alves (2016, p. 03) a História Oral caracteriza-se como metodologia de pesquisa que busca ouvir e registrar as vozes dos sujeitos excluídos da história oficial e inseri-los dentro dela. Nesse sentido, com objetivo de trazer informações ao registro da história das mulheres quebradeiras de coco do município de Codó-MA, utilizei-me inicialmente do método de entrevista semiestruturada como procedimento, haja vista a restrição quanto ao acesso aos documentos da associação pesquisada.

As entrevistas semiestruturadas compreendem o uso de questões pré-definidas podendo utilizar de questões adicionais, mas de maneira informal, haja vista que o entrevistador/pesquisador poderá dar direcionamentos às questões das quais ele não entender como esclarecidas, sem deixar que o entrevistado perca o foco da temática. (QUARESMA, 2005). Ainda segundo o autor, essa modalidade de entrevista permite maior aproximação entre entrevistador e entrevistado, especialmente quanto a mencionar sobre assuntos considerados delicados.

Auxiliada pela observação participante, que permite ao mediador esclarecimentos em torno de pontos de incertezas que podem surgir ao longo da pesquisa, pude questionar-me e

calar-me diante de algumas situações que me permitiram refletir acerca de silêncios, recebidos como respostas à determinados questionamentos apresentados, bem como preparei-me para questionamentos acerca da pesquisa. Além, de fazer uso do diário de campo para registro de minha rotina de pesquisa, conforme propõe Foote-Whyte (2005) *apud* Valladares (2007).

No que tange a periodicidade das entrevistas levantadas, as mesmas se deram entre os períodos de Dezembro de 2017 e Maio de 2018, compreendendo sete entrevistas com as personagens principais dessa pesquisa: Áurea Maria da Silva (Dona Áurea), Maria José Melo (Dona Zeca), Maria Lopes da Silva (Dona Lô), Zilda Lopes de Araújo (Dona Zildinha), Francinelda de Sousa dos Santos (Dona Neide) e Lindalva da Silva Nascimento (Dona Lindalva), quebradeiras de coco da ACTBB. Além de uma entrevista com a Francisca Maria Pereira (Francisca) – Coordenadora técnica do MIQCB – Mearim/Cocais e entrevista complementar de Telma Maria Farias Mousinho (Dona Telma). Ressalto que para entrevista com uma das quebradeiras, foi necessário o meu deslocamento para acompanhamento das atividades das mesmas, a exemplo, a viagem ao município de Cajari-MA no mês de abril, durante encontro que objetivava a discussão de experiências das mulheres quebradeiras de cocos e suas famílias no desenvolvimento do projeto Agroquintais.

No tocante, empreguei como estratégia de campo o uso de recursos que subsidiassem o registro das minhas entrevistas, assim, utilizei de roteiro de entrevista registrado em caderno de campo, conversas informais, gravador de áudio, bem como câmera para registro de imagens da associação e imagens de satélite das áreas pesquisadas. Destaco ainda a pesquisa em documentos oficiais emitidos pela Prefeitura Municipal de Codó, além de documentos de instituições estaduais, federais (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, Ministério de Meio Ambiente - MMA) e dados da Comissão Pastoral da Terra - CPT.

Assim, o primeiro capítulo deste estudo irá propor um conhecimento preliminar acerca do bioma Cerrado e suas riquezas, com ênfase na palmeira do babaçu e a produção da amêndoa. Perpassando pela área pesquisada, o bairro Codó Novo, no município de Codó-MA, essa impressão mais densa esteve sustentada por teóricos como: SPINELLI-ARAÚJO et al., (2016), CARRAZZA; SILVIA; ÁVILA, (2012), BARBOSA (2016) e CORREA FILHO (2011).

O segundo capítulo indica a construção do perfil de identificação das mulheres lideranças que fazem parte do movimento das mulheres extrativistas do bairro Codó Novo no município de Codó-MA, tendo como teóricos SILVIA (2012), HALL (2011), SHIRAISHI

NETO (200;2005), ALMEIDA (1995;2009), BARBOSA (2016), BOURDIEU (1998;2002) e ARAÚJO (2000).

Enquanto que a busca da autonomia a partir da política organizativa das mulheres quebradeiras de coco do bairro Codó Novo, no município de Codó em meios às suas relações sociais aparecem descritas no terceiro capítulo, a partir de uma percepção histórica do coco babaçu na economia do estado do Maranhão, sustentada pelos teóricos DALLARI (1999), MENDES (2015), TARROW (2009).

Destaco que especialmente nos capítulos II e III procurei valorizar a memória e conhecimento das quebradeiras de coco babaçu, haja vista que os depoimentos das mesmas se tornaram essenciais para montar o quebra cabeça deste estudo.

1 CONTEXTO AMBIENTAL E SOCIOCULTURAL DO BABAÇU NO MARANHÃO E AS ESPECIFICIDADES DO BAIRRO CODÓ NOVO – MA

Considerado o segundo maior bioma da América do Sul, o Cerrado ocupa área de 2.036.448 km², o que corresponde a cerca de 22% de todo o território nacional, contemplando os estados de Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Bahia, Maranhão, Piauí, Rondônia, Paraná, São Paulo e Distrito Federal (MMA, 2018).

O Maranhão possui área em torno de 331.936.949km² conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2017), o que corresponde ao segundo maior estado da região nordeste. Ainda segundo o IBGE (2004), ao classificar o mapa de biomas do Brasil, o percentual aproximado de áreas ocupadas por biomas identificados no Maranhão foram: Amazônia com área de 34%, o Cerrado com cerca de 65% e Caatinga apresentando área de 1% no estado. Ao contemplar esses três tipos de biomas, o estado contribui para uma diversidade de paisagens, quais sejam: o Cerrado com suas diferentes fitofisionomias que vão desde as mais abertas (campos) até as matas fechadas; a Amazônia com vegetação característica de árvores altas, matas de várzeas nas planícies periodicamente inundadas e matas de igapó permanentemente inundadas; bem como o bioma Caatinga, que apresenta menor proporção e é caracterizado pela presença de uma vegetação arbustiva com galhos retorcidos e com raízes profundas, e de cactos e bromélias (SPINELLI-ARAÚJO et al., 2016).

Conforme o MMA o Cerrado é reconhecido como a savana mais rica do mundo, protegendo cerca de 11.627 espécies de plantas nativas catalogadas. Dentre elas estão os babaçuais, cobrindo cerca de 196 mil km² no território brasileiro, concentradas especialmente nos estados do Maranhão, Tocantins e Piauí, também conhecida por região da Mata dos Cocais, em decorrência da transição entre os biomas Caatinga, Cerrado e Amazônia (CARRAZZA; SILVIA; ÁVILA, 2012). O Cerrado maranhense ocupa em torno de 10 milhões de hectares, ou seja, cerca de 30% de todo o estado, envolvendo 33 municípios, dos quais 23 possuem suas áreas cobertas quase em sua totalidade por essa vegetação (PORTAL BRASIL, 2006 *apud* SOUSA, 2006).

Esse fenômeno ecológico de transição forma paisagem característica específica do Maranhão, em que a Mata dos Cocais associa-se aos Campos em direção ao Norte, com a vegetação de Cerrado ao Sul e Leste, e, gradativamente com a Floresta em direção ao Oeste. (RIOS, 2001 *apud* SANTOS-FILHO; ALMEIDA JR; SOARES, 2013). A Mata dos Cocais

tem como maior destaque a palmeira do Babaçu, que se tornou símbolo e base do sustento de muitas famílias na zona rural do Maranhão.

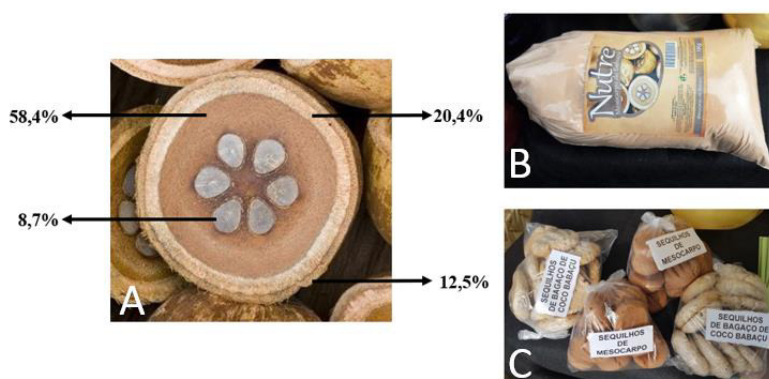
A palmeira do babaçu (*Orbignay phalerata*) está entre as que possui maior distribuição, maior variação morfológica e maior importância econômica. (ALBIERO et al., 2007 *apud* MAPA, 2012), nomenclatura alterada para *Attalea spp.* (LORENZI et al., 2007 *apud* MAPA, 2012). Seu tronco ou caule chega entre 15 e 20 metros de altura, e entre 25 e 44 centímetros de diâmetro, com 7 a 22 folhas medindo entre 4 e 8 metros de comprimento e costuma produzir mais de 500 frutos a cada florada. (SILVA e TASSARA, 1991; HENDERSON, 1995; LORENZI, 1996 et al., 2000; BRANDÃO et al., 2002 *apud* MAPA, 2012; BARBOSA, 2016). Durante o seu processo de desenvolvimento, a palmeira apresenta três estágios: no primeiro, a palmeira dispõe de até três folhas de forma definitiva, e recebe o nome de pindova. Já no segundo, o palmitreiro, recebe essa denominação em decorrência do palmito identificado quase ao nível do solo, enquanto que o terceiro, ocorre antecedente à fase adulta, período em que o caule que já se encontra formado. (BARBOSA, 2016)

A palmeira necessita de 10 a 12 anos para início da produção, atingindo a maturidade produtiva entre 15 a 20 anos (MAY, 1990; FRAZÃO, 1992 *apud* MAPA, 2012). Cada safra pode ter entre 3 e 6 cachos e cada cacho pode produzir de 240 a 720 frutos, podendo variar o pico de florescimento que ocorre entre janeiro e abril e os frutos amadurecem entre agosto e dezembro. O babaçu pode ter inflorescência fêmea ou andrógena (macho e fêmea) numa mesma planta. Apenas a fêmea bota cacho com frutos, e os machos são essenciais para a fecundação e geração de frutos. (LORENZI 1996 et al., 2000; SILVA et al., 2001; BRANDÃO et al., 2002 *apud* MAPA, 2012; LORENZI, 2010 *apud* CARRAZZA et al., 2012). No Maranhão o período identificado para coleta de coco babaçu corresponde entre os meses de julho a dezembro, com ponto máximo de safra de setembro a novembro (MAPA, 2010 *apud* CARRAZZA, et al., 2012).

Constituído de quatro partes principais o babaçu apresenta a seguinte composição média (% em peso), conforme item a, da figura 1: o epicarpo (camada externa, rígida e fibrosa) corresponde em torno de 12,5% do fruto, pode ser usado e aplicado em estofados de bancos de carros, vasos, placas, produção de embalagens em substituição ao isopor, queima em fornos caseiros e comerciais, bem como adubo orgânico etc.; já o mesocarpo corresponde em torno de 20,4% do fruto, camada abaixo do epicarpo (com 0,5 a 1,0 cm) rico em amido e, é usado especialmente na fabricação de alimentos como biscoitos, bolos e chocolate, conforme proposto nos itens B e C, da figura 1; enquanto que o endocarpo corresponde a 58,

4% do fruto, sendo a camada mais resistente (com 2 a 3 cm de espessura), usada em artesanato diversos, como o proposto no item A da figura 2, indústria alimentícia, veterinária, farmacêutica, química etc.; e, as amêndoas que equivalem em torno de 8,7% do coco babaçu, sua quantidade pode variar em média de 3 a 4 amêndoas (medindo 2,5 a 6 cm de comprimento e 1 a 2 cm de largura), utilizado na alimentação humana; cosméticos e produtos de limpeza, sabonete e sabões, conforme aponta o item B da figura 2; indústria alimentícia, conforme exposto no item C da figura 2, além da indústria veterinária, farmacêutica e química (FERREIRA, 2005 *apud* CARRAZZA et al. 2012).

Figura 1: (A) Divisão do babaçu; (B) mesocarpo de babaçu; (C) sequilho de babaçu.



Fonte: (A) Guia do Papagaio, adaptada; (B,C) arquivo pessoal

Figura 2: (A) Bijuterias e chaveiros; (B) sabão e sabonete; (C) azeite e óleo.



Fonte: Arquivo pessoal

Em 2016 o Brasil produziu 61.390 toneladas de amêndoas de babaçu, das quais 94% da produção oriunda do Maranhão, segundo o Banco de Dados Agregados do Sistema Integrado de Recuperação Automática – SIDRA/IBGE, no que tange o Censo da Produção do Extrativismo Vegetal e da Silvicultura. Estado com maior ocorrência de palmeiras de babaçu, o Maranhão agrupa em torno de 53% dos babaçuais de todo o Brasil. (BARBOSA, 2016)

Para além das suas perspectivas ambientais, o Cerrado destaca-se por sua importância social, especialmente no que tange a população das comunidades e povos tradicionais¹ que não somente sobrevivem dos recursos naturais, mas detêm conhecimento tradicional da biodiversidade contida no Cerrado. De acordo com o Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – PNDRSS (2013), ao citar o antropólogo Alfredo Wagner Almeida (2006), os povos e comunidades tradicionais ocupam 1/4 do território brasileiro e representam um número aproximado de 25 milhões de pessoas. Dentre esses grupos, destacam-se povos indígenas, quilombolas, extrativistas, pescadores/as artesanais, povos de terreiro, fundo de pasto, ciganos/as, faxinalenses, pantaneiros/as, pomeranos/as,

¹ Artigo 3º, inciso I, do Decreto 6.040/2007. Povos e comunidades tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm> Acesso em: 04 fev. 2018.

seringueiros/as, castanheiros/as, quebradeiras de coco-de-babaçu, ribeirinhos/as, caiçaras, praieiros/as, sertanejos/as, jangadeiros/as, açorianos/as, campeiros/as, varjeiros/as, geraizeiros/as, caatingueiros/as, barranqueiros/as, catadoras de mangaba, andirobeiras, morroquianos/as, vazanteiros/as, apanhadores de flores sempre-vivas, cipozeiros/as, isqueiras, retireiros/as, veredeiros/as, piaçaveiros/as, ilhéus, entre outros.

Diante da compreensão desse ecossistema e dos elementos sociais e culturais que formam o cenário que compõe a identidade da quebradeira de coco, fez-se necessário a delimitação da área de estudo desta pesquisa compreendendo assim, o município de Codó com especificidade ao bairro Codó Novo e às quebradeiras de coco babaçu da Associação Comunitária dos Trabalhadores no Beneficiamento do Babaçu - ACTBB do referido bairro que se tornam as protagonistas dessa discussão político-social dentro do município.

1.1 Localização da área de pesquisa

Localizado na região nordeste do estado no Maranhão, mas especificamente na Mesorregião Leste Maranhense e na Microrregião de Codó, o município de Codó possui área de 4.364,4 km² (IBGE, 2010) e população estimada no ano de 2017 de 120.810 pessoas. De acordo com o último censo em 2010, a população feminina somou o total de 60.635 pessoas. O território limita-se ao norte com Timbiras, ao sul com Governador Archer, a oeste com Capinzal do Norte e a leste com Caxias. (SOUSA, 2006).

O município acrescenta clima tropical subúmido, apresentando temperatura média anual de 26° a 27° C e máxima de 36° C, possui como vegetação predominante floresta aberta/babaçu por todo o vale do rio Itapecuru, suas principais espécies arbóreas são a palmeira do babaçu e a carnaúba, apresentando ainda campos cerrados nas regiões leste, noroeste e sudeste do município. (CORREA FILHO, 2011).

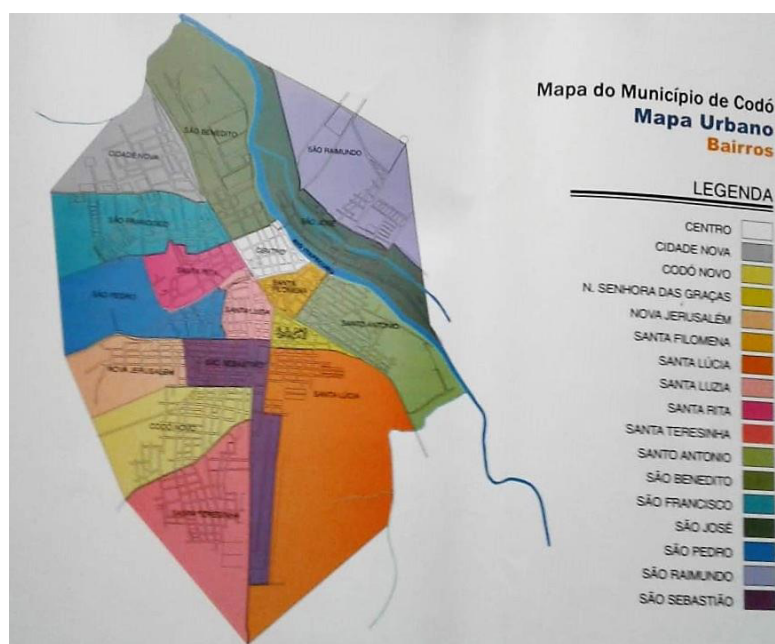
Cabe ressaltar que o Maranhão possui 32 unidades regionais, o município de Codó em termos de unidades regionais está localizado como a 25ª unidade, definida como a Região dos Cocaís², região que inclui outros quatro municípios: Alto Alegre, Coroatá, Peritoró e Timbiras. Mesmo reconhecendo essa divisão política oficial, o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu - MIQCB reconhece como Regional Cocaís Mearim integrando

² Regionalização do Maranhão. Disponível em: <http://www.cultura.ma.gov.br/porta/pec/anexo/regionalizacao_2009.pdf> Acesso em: 14 dez. de 2017.

a esta divisão de acompanhamento os municípios de Codó, Timbiras, Peritoró, além de outros municípios do Médio Mearim.

A divisão do município de Codó em bairros se deu ainda na gestão de Antonio Joaquim Araújo³, a partir da Lei Municipal nº 726/83 de 04 de julho de 1983, em que os primeiros bairros registrados no município foram: Centro, São Benedito, Cidade Nova, São Francisco, Santa Rita, Santa Luzia, São Pedro, São Sebastião, Santa Lúcia, Nossa Senhora das Graças, Santa Filomena, Santo Antonio e São José. Porém, o Plano Diretor Participativo – PDP do município de 2006, já citava a necessidade de reconhecimento dos bairros São Raimundo, Nova Jerusalém, Codó Novo e Santa Teresinha, em decorrência dos dinamismos que esses bairros trariam futuramente aos planejamentos urbanos do município (SOUSA, 2006; CODÓ, 2017), conforme a figura 3.

Figura 3: Mapa urbano de divisão dos bairros de Codó-MA



Fonte: (SOUSA, 2006)

O bairro Codó Novo encontra-se localizado no setor oeste do município e está entre os bairros do município com destaque às atividades comerciais de caráter local, deslocando certa dependência junto ao comércio da Zona Central. Conforme (SOUSA, 2006), Codó Novo caracteriza-se como bairro pertencente à periferia do município, com casas classificadas de porte baixo por sua construção precária em áreas reduzidas e com a ventilação comprometida.

³ Antonio Joaqui Araújo filho foi eleito prefeito do município de Codó-MA entre os anos de 1984 a 1988 (LEIA HOJE, 2000).

Ainda segundo o autor, a estrutura econômica do município modificou-se especialmente a partir do êxodo rural, já que nas décadas de 70, 80 e 90, a população vivia de atividades do setor primário como a lavoura, o extrativismo e a pecuária, passando a ocupar a Zona Urbana e suas mediações, subsistindo de atividades secundárias e terciárias.

Assim, constatei durante pesquisa que a formação desse bairro se deu a partir de famílias oriundas de diversas comunidades do município (interiores) e até mesmo de outros municípios, na perspectiva de reconstrução de suas vidas, em decorrência da expulsão que sofreram por parte de proprietários de terras do agronegócio. Essas passaram a ocupar as áreas do bairro Codó Novo mediante doação especialmente do político Ricardo Archer⁴ e/ou compra de pequenos lotes de forma parcelada. Dentre àquelas que formam as famílias, destaco em específico as mulheres quebradeiras de coco babaçu, que para além de contribuírem na formação do bairro, tornaram-se agentes sociais relevantes no que concerne a construção da organização político-econômica delas mesmas.

⁴ Ricardo Antônio Archer, eleito prefeito do município de Codó em 1997 reeleito com mandato até 2005. Segundo fontes do IBGE, a família Archer esteve presente durante o processo de industrialização do Maranhão, resultante do monopólio herdado pela Companhia Manufatureira e Agrícola, instalada no município.

2 O PERFIL IDENTITÁRIO DAS MULHERES LIDERANÇAS QUEBRADEIRAS DE COCO DO BAIRRO CODÓ NOVO

Os registros das memórias individuais das histórias dessas mulheres que se autodefendem como quebradeiras de coco, trazem elementos que subsidiam a construção da identidade das mesmas enquanto pertencentes a um coletivo, que diante do elo de suas individualidades mais tarde sentiram a necessidade de se organizarem politicamente no bairro Codó Novo, no município de Codó - MA. Conforme HALBWACHS:

[...] cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda segundo o lugar que ali ocupo e que este mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com outros meios. [...] A sucessão de lembranças, mesmo daquelas que são mais pessoais, explica-se sempre pelas mudanças que produzem em nossas relações com os diversos meios coletivos, isto é, em definitivo, pelas transformações desses meios, cada um tomado à parte, e em seu conjunto. (HALBWACHS, 1990, p. 51)

Assim, a partir das narrativas individuais das mulheres quebradeiras de coco tendo como ponto de partida seus ambientes individuais e associadas aos acontecimentos dos ambientes coletivos, pude compreender ao longo do estudo elementos invariáveis que se somaram para a construção da identidade desse coletivo. Para tanto, no sentido de compreender os elementos que formam a identidade coletiva, apresento-lhes as mulheres quebradeiras de coco babaçu que permitiram a percepção dessa identidade e que a partir de então, dialogam na construção desse estudo.

Áurea Maria da Silva, Dona Áurea, 54 anos de idade, mãe de 03 (três) filhos, tendo nascido na cidade de Lagoa Grande do Maranhão, atual cidade Lago da Pedra, chegando a morar em outras cidades como Dom Pedro - MA e São Domingos - MA. Seu contato inicial com a quebra do coco surgiu a partir do seu primeiro casamento já no povoado Macaúba uma área de cocal, localizado no KM 17, em Codó, ambiente em que acabou aprendendo essa atividade extrativista. Residindo em Codó desde 1988, a quebradeira de coco atua na associação desde o ano de 1997, hoje exerce a função de presidente da associação. Mãe de três filhos, dois oriundas do seu primeiro casamento e mãe de uma menina fruto do seu segundo casamento com o senhor Euzébio Alves, dona Áurea que desde a sua infância teve o seu trabalho voltado para o auxílio no cultivo da roça com seu pai, não teve as mesmas oportunidades de acesso aos estudos que seus filhos, tendo a oportunidade de retomar os estudos aos 45 anos de idade, cursando o ensino médio através do programa Educação de

Jovens e Adultos - EJA. Atualmente, a quebradeira de coco não consegue realizar a dinâmica de se deslocar até a área de coleta do coco babaçu, não por exercer sua função de presidente, mas por motivos de problemas de saúde, mas afirmou “sempre que as companheiras retornam com a amêndoa, eu estou disponível na associação pra comprar a amêndoa das companheiras, selecionar e processar a amêndoa”.

Maria José Melo, conhecida como dona Zeca, hoje com 69 anos de idade, mãe de seis filhos, nasceu na Sapucaia, tendo morado nos povoados Tanti, Bonfim e Santa Tereza, todos no município de Timbiras - MA, até chegar no bairro Codó Novo, na sede do município de Codó, em 1988. Casada com o sr. Antonio, Dona Zeca aprendeu a atividade extrativista com a mãe e, apesar de ter criado os seis filhos como a quebra do coco, dois dos seus filhos mais novos não continuaram com a atividade extrativista, tendo um alcançado o ensino superior. Diferente da oportunidade dos filhos, a quebradeira de coco estudou até a segunda série (atual segundo ano) do Ensino Fundamental, já no município de Codó quando teve a oportunidade de morar com um irmão, mas teve de voltar ao povoado onde residia com os pais. Seu ingresso na associação se deu ainda na fundação, em 1997, sendo hoje uma das lideranças da associação. Mesmo explicitando o prazer com o exercício diário da quebra do coco, Dona Zeca contraiu cardiomegalia (coração grande) a seis anos atrás e o cansaço expresso até mesmo na fala durante a entrevista, o que não lhe permite a continuidade da atividade diretamente no mato. Mas sempre que pode, realiza a fabricação do sabonete, chocolate de babaçu e a venda de alguns produtos em casa, além de estar entre as quebradeiras de coco que realiza a compra da amêndoa das demais quebradeiras de coco que ainda se deslocam diariamente ao mato.

Maria Lopes da Silva, 71 anos de idade, também chamada de Dona Ló, casada e mãe de quatro filhos. Antes de chegar na sede do município, em 1996, a quebradeira de coco babaçu também viveu a diáspora que as suas companheiras vivenciaram, tendo morado no último povoado, Centro dos Monteiros, no município de Codó. Assim como as quebradeiras de coco apresentadas anteriormente, Dona Ló não pratica a coleta e quebra do coco babaçu no mato, mas é a responsável por permanecer na associação, além de comprar o coco das demais mulheres e fabricar o azeite para vender posteriormente. Por se tratar de uma liderança, a quebradeira de coco está entre as mulheres que viajam constantemente para participarem de encontros de capacitação promovidos pelo Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu - MIQCB. Seu estudo se estendeu até o primeiro ano do Ensino Fundamental,

sendo cursado recentemente em turma do programa EJA no bairro em que reside, bairro São Sebastião, em Codó.

Zilda Lopes de Araújo, também chamada de Dona Zildinha, nasceu no município de Lima Campos e morou com sua família no interior Centro Carneiro, atual comunidade Centro do Expedito, no município de Codó. Associada desde 2012, desempenha a função de presidente de legião, sendo responsável pela cerimônia de abertura das palestras e reuniões desse grupo de mulheres, como associada passou ainda a confeccionar artesanato a partir de materiais da palmeira do coco babaçu. Dona Zildinha como tantas quebradeiras de coco não continuou a desenvolver a quebra do coco babaçu que aprendeu ainda quando criança com sua avó e a sua mãe, pois também vivenciou a diáspora em sua história, chegando à sede de Codó, em 1996. A quebradeira de coco possui dois filhos e sua escolaridade se estendeu até o oitavo ano do Ensino Fundamental, mesmo não tendo concluindo o Ensino Fundamental por problemas de saúde, dona Zildinha, aos 40 anos de idade, está entre as quebradeiras de coco que realiza constantemente cursos de aperfeiçoamento ofertados pela Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, campus Codó.

Francinelda de Sousa dos Santos, conhecida como Dona Neide, possui 49 anos de idade e desempenha a função de vice-presidente da associação ACTBB, é associada desde 1987 ainda na Associação dos Quebradores e Quebradeiras de Coco de Codó Novo – AQQC. Nascida no povoado Piranhas, no município de Gonçalves Dias, iniciou sua atividade com o coco babaçu ainda na infância já no município de Codó, atividade que aprendeu com a mãe. Hoje é mãe de quatro filhos, mãe solteira como a mesma se identifica, a quebradeira de coco estudou até o quarto ano do Ensino Fundamental, pois ajudava seus pais no cultivo da roça e na quebra do coco babaçu e, assim como Dona Zildinha, está entre o grupo de mulheres que participam da capacitação oferecida pela UEMA, campus Codó. Apesar de não ir para o mato com frequência, dona Neide sempre viaja em atividades pela associação, seja para participar de reuniões, capacitações e eventos representando o grupo de mulheres quebradeiras de coco do município.

Lindalva da Silva Nascimento, Dona Lindalva, quebradeira de coco de 57 anos de idade, mãe de três filhos, nasceu no povoado de Morada Nova, no município de Timbiras – MA, mas viveu ainda nos povoados Santa Vitória e Oiteiro, ambos no município de Timbiras, até que cansada de viver a diáspora, acabou fixando residência no bairro Codó Novo, no município de Codó, em 1992. A quebradeira de coco aprendeu a desenvolver a atividade extrativista ainda na infância com a sua mãe, tendo paralisado os seus estudos ainda na

alfabetização (método de cartilha). Dona Lindalva ainda realiza a quebra do coco babaçu frequentemente, a quebradeira não hesitou em demonstrar o prazer que tem por sua atividade, por fabricar seu azeite e seu próprio carvão.

Francisca Maria Pereira, Francisca, 33 anos, desempenha a função de Coordenadora técnica do MIQCB da Regional Mearim/Cocais e presidente da associação do povoado do Santo Antonio da Cit, comunidade localizada no Projeto de Assentamento - PA Cit/Novo Horizonte, no município de Codó. Nascida na sede do município, sua relação com a quebra do coco babaçu se deu a partir dos aprendizados passados por sua mãe. Além de coordenar tecnicamente uma regional, Francisca cursa Licenciatura em Educação do Campo, Ciências Agrária pela Universidade Federal do Maranhão - UFMA, Campus III, em Bacabal. Francisca enfatiza não só a sua identidade de quebradeira de coco, mas também das suas três filhas que já iniciaram o conhecimento da importância de manter viva esta identidade.

Telma Maria Farias Mousinho, Dona Telma, 73 anos, mãe de oito filhos, nascida na sede do município de Timbiras - MA, manteve os seus estudos até o quarto ano do Ensino Fundamental. Hoje é aposentada e não mantém a atividade de quebra do coco babaçu. Seu aprendizado no que tange o extrativismo se deu pela necessidade de alimentar os seus filhos com o coco que vendia ao próprio sogro, afirmando ter aprendido sozinha essa atividade extrativista.

Sendo assim, a partir do levantamento da narrativa dessas mulheres que se tornou possível compreender os elementos que se somam na formação da identidade de quebradeiras de coco babaçu. Mulheres que se autodefendem pela atividade de sustento que aprenderam desde a sua infância.

Segundo Almeida (1995, p. 13) Quebradeira de Coco Babaçu é uma categoria “de afirmação de uma existência coletiva, enquanto unidade de mobilização”, que tem como característica básica a mobilização em torno da terra, do livre acesso e da preservação dos babaçuais o seu principal meio de vida. Tais políticas mobilizadoras afirmam a identidade cultural dessas mulheres (WOODWARD, 2012). Nesse sentido, assevera HALL:

Utilizo o termo “identidade” para significar o ponto de *sutura*, entre, por um lado, os discursos e as práticas que tentam nos “interpelar”, nos falar ou nos convocar para que assumamos nossos lugares como os sujeitos sociais de discursos particulares e, por outro lado, os processos que produzem subjetividades, que nos constroem como sujeitos aos quais se pode “falar”. As identidades são, pois, pontos de apego temporário às posições-de-sujeito que as práticas discursivas constroem para nós. (HALL, 1995;2012, p. 111-112, grifo do autor)

Partindo dessa premissa as mulheres quebradeiras de coco passam a ser compreendidas como os sujeitos do processo de luta pela terra, preservação e livre acesso aos babaçuais, o que as mobilizam em torno das reivindicações, somado às histórias de vida construídas em meio ao cenário campesino, pois durante entrevistas realizadas tanto na residência das quebradeiras de coco como na ACTBB, pude constatar que as quebradeiras de coco possuem elementos em suas histórias de vida particulares que não são negadas na composição da sua identidade, mas do contrário, se somam.

Para compreender os elementos-chave dessa formação identitária, cito Barbosa (2016, p. 19) “Historicamente, o extrativismo do babaçu é praticado principalmente por mulheres, mas também há homens que quebram e comercializam o coco [...]”. Considerando a autora e relacionando com a fala das quebradeiras de coco, pode-se verificar que se trata de uma prática que é aprendida ainda no ambiente familiar, espaço onde ocorre o repasse das atividades do cotidiano das mesmas. De forma geral essas atividades são repassadas por mães e avós, portanto, mulheres, que fizeram uso desse aprendizado, preservando esse modo de saber viver através das suas filhas. Na contramão dessa forma de aprendizado, Dona Áurea, teve seu contato com a quebra do coco somente a partir do seu primeiro casamento já no povoado Macaúba, em Codó, por morar numa área de concentração do babaçu, a mesma acabou aprendendo esta atividade, diferentemente de Dona Zildinha, cujo aprendizado da quebra do coco remonta uma tradição na família:

A minha avó mais a minha mãe dizia: hoje a gente vai pro mato, aí a gente já enchia água nas cabaças⁵, ela fazia a merendinha [...] a nossa merenda que a gente levava pra passar o dia no mato era banana com farinha, levava manga. Naquilo ali a gente passava o dia, ela ia quebrando na frente, rachava o coco e deixava as “taiadinha”. Aí minha filha tu vai só tirando a amêndoa pra jogar. A gente tinha uns cofos⁶. Ela tinha uns cofos grande dela e ela mandou fazer um pequeninho pra mim, aí assim eu acompanhei a lida do babaçu. Assim que ela ia quebrar, a minha avó mais a minha mãe me levava pra eu não ficar em casa. Na verdade, eu comecei com sete anos, sete anos ela já começou a levar nós. (DONA ZILDINHA, 2018)

⁵ A cabaça é um fruto natural, de origem vegetal, com bulbos de formas redondas, ovais ou compridas, grandes ou pequenas, em formato de garrafa ou moringa, de bola, de ovo, de serpente, entre tantos outros. [...] (BASTOS, 2010, p. 32)

Cabaças têm sido utilizadas para todos os usos possíveis e imagináveis, de casas de animais aos mais variados utensílios domésticos, instrumentos de trabalho e até em eventos cerimoniais e ritualísticos (SUMMIT *apud* BASTOS, 2010, p. 38)

⁶ Cofó – Objeto feito de palha trançada, proveniente do olho da palha, de formato redondo, que serve para guardar o coco babaçu e outros produtos, como peixe, camarão, farinha. (SILVEIRA, 2017, p. 23)

Figura 4: Quebradeiras de coco babaçu durante 5 ° festival do coco babaçu, Cooperativa dos Agricultores e Agricultoras Familiares Agroextrativistas Codó-MA (COOAFA), Monte Cristo-Codó-MA.



Fonte: Arquivo pessoal

Em continuidade a esse contexto da atividade desenvolvida especialmente por mulheres, conforme ilustrada na figura 4, corrobora Shiraishi Neto (2005) ao acrescentar outro elemento como característica comum presente na fala das quebradeiras de coco babaçu, frisado anteriormente por Dona Zildinha, quando do envolvimento precoce na atividade extrativista.

A atividade extrativa do babaçu é uma atividade realizada predominantemente pelas mulheres, embora tenha participação dos homens na tarefa de juntar os cocos e tenha também a colaboração de crianças e adolescentes, que auxiliam na coleta e quebra do coco para extração das amêndoas. [...] (SHIRAISHI NETO, 2005, p. 05)

Apesar das quebradeiras entrevistadas resgatarem em sua história a relação precoce com o coco e darem ênfase a essa condição como orgulho e relevância para a forma de suas identidades, as mesmas destacaram que poucos dos seus filhos deram continuidade a essa atividade como saber cultural. “Eu tenho dois filhos que eles não sabem nem como quebra coco, agora os outros mais velhos tudo quebra. Eu tenho uma filha que ela quebra quase 10kg. Ela é sócia da associação.” Afirmou Dona Zeca (2018), de 69 anos de idade, mãe de seis filhos, ao relatar que somente uma delas despertou o interesse em manter a cultura da quebra do coco babaçu. A importância dessa atividade para autoafirmação da identidade de quebradeira e coco babaçu se expressa na fala de dona Zeca, quando expressa o orgulho ao falar da filha que mantém a tradição da quebra do coco e desapontamento quando lembra que somente uma de seus seis filhos mantém essa tradição.

Em discussões realizadas durante o VI Encontro Interestadual das Quebradeiras de Coco⁷, em que dentre as pautas propostas estava a de palestra e oficina voltada para Conhecimentos Tradicionais e Trabalho Infantil em meio à realidade das quebradeiras de coco babaçu, no tocante, a Antropóloga Noemi Porro (2009) sublinhou o cuidado de compreendermos as atividades tradicionalmente envolvidas pelas crianças como autoconsciência cultural e não como um trabalho patronal em que as crianças estão sendo expostas à exploração. Acrescentou “Estas atividades encaram a ‘tradição’ e não correspondem à categoria ‘trabalho’ dos códigos jurídicos.” (PORRO, Relatório do VI Encontro, 2009, p. 11)

Na ocasião, as quebradeiras de coco destacaram durante a oficina a mesma preocupação encontrada durante as entrevistas, de que suas filhas não permaneceram sobre a mesma cultura. Nilvana, quebradeira de coco de Viana – MA, Relatório do VI Encontro (2009, p. 19) pontua “[...] Essa cultura que passa de uma pessoa a outra é que dá valor ao que nós somos. Se as crianças não fizerem não vão valorizar futuramente. [...]”. As falas das quebradeiras se confluem, apontando que as mesmas não manifestam interesse de tirar de suas filhas o acesso à educação formal, mas de se empreender nelas a necessidade de reprodução da cultura do coco babaçu, acreditando que dentro das escolas das comunidades e em casa, essa relação de conhecimento e apropriação de saber tradicional se torna possível. Legitimando o proposto por Almeida durante o VI Encontro Interestadual das Quebradeiras de Coco (2009) de que tradição não corresponde a repetição, mas à reinvenção, recriação. Para tanto, o antropólogo afirma “Não há uma regularidade e mesmo quando se passa de geração em geração o conhecimento vem sempre redefinido, vem sempre com uma nova roupagem e novos significados.” (ALMEIDA, Relatório do VI Encontro, 2009, p. 9)

Em torno desse cenário, percebe-se uma relação das quebradeiras de coco com o babaçu para além da relação de trabalho e que precisa ser analisada como acentua BARBOSA (2016, p. 72) “[...] o babaçu é um elemento a partir do qual elas se autoidentificam e em relação ao qual constroem sentimentalidades.” Conforme apontou a quebradeira de coco Francisca:

A importância do babaçu é que é a árvore da vida. Você tem ela lá e por cada palmeira de babaçu é uma briga quando alguém derruba quando tem roça. Já fico

⁷ VI Encontro Interestadual das Quebradeiras de Coco, realizado em São Luís, em 18 de junho de 2009.

conscientizando as pessoas da comunidade no período do broque⁸ para fazer a roça, que elas evitem derrubar palmeiras, porque a gente tem a Lei do Babaçu Livre que nunca foi aprovada no município, e a gente fica conscientizando, porque a gente também tem um acordo ambiental na comunidade que protege essas palmeiras. Que as pessoas da comunidade evita ao máximo derrubar uma palmeira. [...] Tem dia que quando eu sei que derrubou, tem que justificar, tem que ter um porquê muito grande pra ti poder derrubar uma palmeira. Porque ela está em extinção, porque cada ano que passa, quando tem queimada, as vezes do nada aparece uma queima de mato e queima muita palmeira. E ela demora para se reproduzir, o que é uma perda pra gente. E as quebradeiras ficam desanimada, porque a cada ano que passa o coco vai ficando mais extinto na comunidade, aí vai ficando difícil para a gente quebrar. Se a gente não preservar logo o coco [...] daqui mais uns anos, a gente fica sem ele. (FRANCISCA, 2018)

Francisca se refere ao povoado do Santo Antonio da Cit, uma das comunidades que fica localizada no Projeto de Assentamento - PA Cit/Novo Horizonte, no município de Codó, de onde a mesma é presidente da associação. A quebradeira de coco lembra de como ocorre essa relação de sentimentalidade, quando referencia a palmeira do babaçu como a árvore da vida, a árvore que não só produz o alimento e matéria-prima para o seu modo de vida no campo, mas que oferece o reinventar no contexto dessa relação ao reforçar que é preciso preservar esse bem, para que essa vida se torne presente para as gerações futuras, mantendo o seu sustento. Ainda nessa concepção de sentimentalidade acrescenta:

Ah eu não gosto quando tá cortando uma palmeira que ela geme, ela vai para deitar no barro, aí meu coração dói. Palmeira é uma serventia muito grande pra nós, nós torramos o coco, tudo vem da palmeira, aí derrubando ela vai morrer, ela não vai mais botar coco, vai morrer, eu não gosto não, às vezes eu escuto alguém tá derrubando uma palmeira aquilo é mesmo que uma mãe tá morrendo. (DONA MARIA S. LEIDE, Quebradeira de coco, Monte Alegre *apud* BARBOSA, 2016, p. 77)

Barbosa (2016) evidencia a fala da quebradeira, efetivando o imaginário dentro dessa relação. Para a autora a palmeira toma a centralidade desse processo associada à imagem de mãe, já que esta é a primeira figura lembrada enquanto mulher e mãe que se preocupa em não faltar o alimento no cuidado do filho, da mesma forma é a palmeira para as quebradeiras de coco. Assim, quando uma mãe morre (a palmeira do babaçu), os filhos (quebradeiras de coco babaçu) perdem a referência da continuidade do seu sustento, pois era ela que em tudo lhes sustentava.

⁸ Roço, quando vai roçar pra limpar, pra queimar. Limpar uma área pra queimar e depois plantar. (FRANCISCA MARIA PEREIRA, Coordenadora técnica do MIQCB – Mearim/Cocais, Cajari, 2018)

Ainda integrando a reinvenção por meio da preservação para que esta concepção de identidade cultural alcance as filhas das gerações seguintes, relação que a quebradeira de coco Francisca faz questão de praticar com suas filhas, como lembrou:

As minhas filhas também são quebradeira, que já sabem quebrar o coco. A Rayara a minha caçula tem 12 anos, tem a Rayane (a do meio) que tem 14 e a Rayssa que tem 16. Elas sabem quebrar coco, a caçula é a que mais gosta de quebrar coco. Quebra o coco da avó dela tudinho que a avó dela fica brigando [...]. Ela sabe quebrar. (FRANCISCA, 2018)

Complementando o exposto, faz-se necessário destacar outro componente que se evidenciou comum à todas elas qual seja, a relação do extrativismo com a agricultura familiar⁹. Conforme Almeida (1995, p. 31) “O extrativismo articula-se com a agricultura, consoante a representação destes camponeses. [...]” Esta observação autentica a fala das quebradeiras de coco, que evidenciaram ter a atividade da roça - aqui a roça é definida como atividade de agricultura de cunho familiar - associada constantemente ao babaçu desde o início de suas histórias, como afirma a Dona Ló (2018) “Sempre fui quebradeira de coco, da roça e tudo. A gente ia pra roça, aí no dia que não ia na roça, ia pro coco. Era assim, a gente foi criado todo tempo assim.” Nesse contexto, acrescenta Dona Neide:

Meu pai ensinou nós tudinho a fazer tudo de roça, plantar, encoivarar¹⁰, apanhar arroz. Tirar azeite, essas coisas assim eu aprendi foi só, porque a minha mãe nunca me ensinou. Eu via eles fazendo e prestava atenção. (DONA NEIDE, 2018)

O relato tornou possível verificar que este vínculo não se fez presente apenas durante a infância e adolescência das quebradeiras de coco, mas que essas atividades têm continuidade, como bem apontou Dona Lindalva (2018) “[...] eu quebro o coco e trabalho de roça no interior, no município de Timbiras. Eu trabalho lá onde eu nasci e me criei. Lá é uma comunidade.” Assim, pude perceber que se tratam de atividades distintas, mas que se

⁹ A agricultura familiar tem como dinâmica e características sua gestão compartilhada pela família, o agricultor possui relação particular com a terra, para além do seu local de trabalho, mas também de moradia. Aqui também é destacada a diversidade produtiva. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/o-que-%C3%A9-agricultura-familiar>> Acesso em: 10 abr. de 2018.

¹⁰ O chamado cultivo de coivara, também conhecido como ‘cultivo de corte e queima’, [...] forma itinerante de agricultura [...] baseia-se na abertura de clareiras na floresta para serem cultivadas por períodos mais curtos do que aqueles destinados ao descanso e regeneração da terra. [...] trata-se de uma estratégia de manejo de recursos na qual os campos cultivados são usados em rodízio, com o objetivo de explorar o capital energético e nutritivo acumulado no conjunto solo-vegetação das florestas. [...] O termo ‘coivara’, de origem indígena, significa empilhar e tornar a queimar troncos e galhos não consumidos em uma primeira queima. [...] (NEVES et al; 2012, p. 26)

complementam tendo em vista o ambiente em que estão inseridas, bem como os sujeitos que fazem parte desse cenário não só a partir de uma perspectiva econômica, mas também ambiental, como afirma um dos princípios da Política Nacional da Agricultura Familiar, ao destacar a “sustentabilidade ambiental, social e econômica.” (BRASIL, 2006)

O coco babaçu não ocupou papel coadjuvante no cenário de composição da renda familiar. Embora estivesse como produto acessório em decorrência da forte relação com as outras atividades características da agricultura familiar e, portanto, influenciadora do meio em que está inserida, como nos propõe Shiraishi Neto.

[...] O babaçu é uma atividade complementar à renda exercida por mulheres chamadas de **quebradeiras de coco babaçu** e a maioria das áreas de ocorrência do babaçu, incluídas as do decreto de criação das reservas, não se encontra sob o domínio dessas famílias. A atividade do babaçu está relacionada fortemente com as etapas do ciclo agrícola da chamada **roça**, sendo que a sua safra ocorre justamente no período da entressafra do arroz. [...] (SHIRAISHI NETO, 2000, p. 56, grifo do autor)

O autor nos conduz ao entendimento de que os elementos que deram subsídios à sociedade para identificar o extrativismo como uma atividade secundária, pouco valorizada ocorre, especialmente, por tratar-se de uma atividade desenvolvida por mulheres, escapando a hegemonia masculina. Não obstante, apoia-se ainda na perspectiva de que a quebra do coco babaçu está diretamente ligada ao ciclo da roça, atividade em que a presença masculina ainda se faz majoritária, porém, as mulheres também desenvolvem atividades nesse espaço, como pude observar ao longo das falas.

Porém, há autores que destacam o extrativismo como atividade essencial no sustento familiar. Como propõe Araújo:

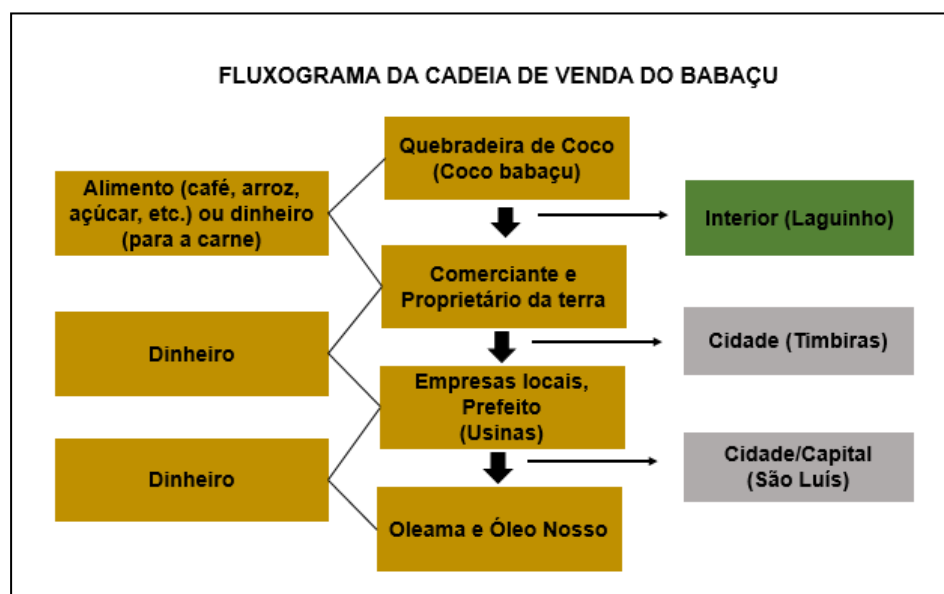
Considerada atividade acessória à agricultura, ou seja, aquela que possibilita as famílias camponesas o complemento de sua renda e a consequente satisfação de suas necessidades imediatas (SILVA, 1998:205), a extração e a comercialização de amêndoas do coco babaçu se apresentam, em algumas situações, como o esteio da sobrevivência desses grupos. [...] (ARAÚJO, 2000, p. 182)

No sentido de reforçar o que já foi dito anteriormente, mesmo o extrativismo sendo por vezes destacado como uma atividade suplementar à renda familiar há casos em que esta se torna o único meio de renda, ou seja, de sustento para uma família. Como afirma Dona Telma:

Às vezes eu só levantava, escovava os meus dentes e ia em jejumzinho pro mato, só bebia água e ia comer de noite. O que eu quebrava, eu vendia pro meu próprio sogro. Aí era que eu comprava $\frac{1}{4}$ de café, $\frac{1}{4}$ de açúcar, arroz, $\frac{1}{2}$ barra de sabão, ele tinha uma mercearia. Era em troca do produto. Era em troca de dinheiro assim, quando que eu comprava carne, que no interior, o pessoal matava gado, matava um dia de sábado aí a gente pagava no outro sábado com oito dias. Aí eu quebrava o coco pra pagar aquela carne. (DONA TELMA, 2018)

A quebradeira dá ênfase ao trabalho que ela mesma desempenhava, pois mesmo casada, dela dependia o sustento de três filhas. Há momento em que a amêndoa do coco babaçu servia como uma espécie de moeda de troca, em que só a partir desse sistema era possível garantir o alimento da sua família. O sogro se apresentava como a figura do “atravessador”, pois este juntava o coco dos moradores daquele interior, para repassar a um preço mais elevado, este por sua vez repassava para donos de empresas na sede do município de Timbiras, alguns deles donos de usina e até mesmo ao próprio prefeito. Este, por conseguinte acrescentava o seu percentual de ganho e transferia às fábricas de sabão (Real Brasil OLEAMA¹¹) e de óleo (Óleo do Nosso), localizadas em São Luís-MA. A figura 5 apresenta um fluxograma de como ocorria essa cadeia de venda do coco babaçu:

Figura 5: Fluxograma cadeia do babaçu.



Fonte: Elaborado pela autora

Ao compreendermos essa cadeia, comprova-se que as mulheres quebradeiras de coco são as mais importantes do ponto de vista da realização das atividades da cadeia produtiva do

¹¹ Oleaginosas Maranhenses SA.

babaçu por realizarem a coleta, quebra e comercialização da amêndoa. Porém, do ponto de vista da valoração econômica dessa mesma atividade o trabalho das mulheres torna-se o menos valorizado, pois a renda da quebra do coco ocorre mediante a troca direta por alimentos, como a compra da mistura (carne), razão pela qual essa atividade não aparece com o *status* de atividade econômica. Sobre essa relação de sujeição, em que as mulheres quebradeiras de coco aparecem fora do processo de produção, propõe Pires e Omena:

De forma geral no Maranhão a figura dos conhecidos como “atravessadores” - empresários e/ou latifundiários que muitas vezes mantêm quebradeiras em suas propriedades e que trabalham como mediadores entre a matéria prima extraída pelas quebradeiras é comprada por eles e depois revendida para grandes empresas como a siderúrgica - se apresentam com frequência. [...] (PIRES; OMENA, 2015, p. 5)

Nessa prática abusiva os atravessadores constituíam um dos principais beneficiadores como constatamos no fluxograma acima, ao “[...] exigir das quebradeiras a obrigatoriedade de entrega das amêndoas nos seus estabelecimentos comerciais (bodegas, barracas e quitandas) e nos seus ‘barracões’¹², [...]” (PORRO, Relatório do V encontro interestadual das quebradeiras de coco babaçu, 2004, p. 56)

Além disso, ressalto que as áreas de babaçuais nem sempre pertencem às quebradeiras de coco, salvo às áreas que já se encontram guardadas por intermédio da lei do “babaçu livre”¹³, as RESEX¹⁴ ou PAEX¹⁵; a exemplo, temos o município de Lago do Junco, no Maranhão, pioneiro na aprovação da Lei do Babaçu no estado, servindo como base para aprovação e aplicação da lei nos demais municípios. Até a presente pesquisa, o município de Codó não havia aderido à lei, deixando as quebradeiras reféns de possíveis e “danosas”

¹² Sistema de barracão – [...] o dono de um barracão [...] arrenda as áreas dos fazendeiros das redondezas, contrata as quebradeiras para catar e quebrar o coco e em seguida repassa as amêndoas para fábricas de óleo da região. As mulheres recebem como pagamento somente a metade da produção das amêndoas quebradas, a outra metade fica com o dono do barracão, assim como as cascas. Os barracões são abertos e com cobertura de palha. Trabalham em média 15 pessoas, entre mulheres e crianças em cada barracão. (ARAÚJO et al. 2012, p. 4)

¹³ “[...] O ‘babaçu livre’ consiste no direito ao livre acesso e uso comum das palmeiras, e que se traduz na forma como as mulheres tradicionalmente se apropriam do recurso natural, tido como de uso livre e comum. [...]” (SHIRAISHI NETO, 2005, p. 3).

¹⁴ As Reservas Extrativistas são espaços territoriais destinados à exploração autossustentável e conservação dos recursos naturais renováveis, por população extrativista. Decreto 98.897, de 30 de janeiro de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d98897.htm> Acesso em: 23 mai. de 2018.

¹⁵ Criar a modalidade de Projeto de Assentamento Extrativista, destinado à exploração de áreas dotadas de riquezas extrativas, através de atividades economicamente viáveis e ecologicamente sustentáveis, a serem executadas pelas populações que ocupem ou venham a ocupar as mencionadas áreas. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/institucional/legislacao--/portarias/portarias-de-1987/portaria_incra_p627_300787.pdf> Acesso em: 23 mai. 2018.

surpresas a cada nova gestão municipal e até mesmo no desenvolvimento diário da quebra do coco babaçu. Conforme expôs a quebradeira de coco:

Graças a Deus que tem lá, porque se fechar fica difícil. É liberado lá, o dono ele não impede das quebradeira entrar lá, porque se fosse por lá pro Chiquinho¹⁶ ele não aceita, aí o único lugar que aceita entrar é lá. É liberado mesmo, todo tempo foi liberado. Os talos nós tiramos lá. Agora os outros não aceitam não. Desde quando começou, assim, as vezes a gente quebrava no Km 17 também, quando eu ia quebrar coco a gente quebrava no Km 17, só que ali não tem mais nada, fizeram tudo casa. (DONA NEIDE, 2018)

No tópico supracitado, a quebradeira traz a referência das terras da fábrica Itapecuru Cimento Nassau, empresa do Grupo João Santos, localizada na BR 316, s/n km 466 - Rio Novo – Codó-MA, mesma área confirmada por Dona Áurea, quando questionada sobre o acesso às terras:

É de boa, eles não proibem a gente de entrar. Se já teve proibição no KM 17, não a entrada, mas pra não retirar o babaçu de lá, vender lá mesmo para eles, mas isso já tem há 20 anos atrás, mas de lá para cá a gente tem acesso a entrar, tem acesso a quebra lá, tem acesso a fazer o carvão com a casca que a gente quebra, lá se a gente quiser tirar talo como nós tira para cercar a nossa associação, nós tira lá e traz no nosso carro. (DONA ÁUREA, 2018)

Cabe ressaltar que a fábrica Itapecuru Cimento Nassau tem enfrentado dificuldades, reflexo da disputa de poder entre herdeiros desde 2009, resultando na especulação de venda¹⁷ da mesma, o que pode refletir numa ameaça diretamente na continuidade do acesso das quebradeiras de coco à área de babaçuais da fábrica. Para essas quebradeiras é evidente um tipo de “[...] relação estabelecida com o **proprietário** da fazenda para a garantia do direito de trabalhar na terra. Quanto maior a permissividade do chamado **patrão** maior a sua **bondade**”. (ARAÚJO, 2000, p. 183, grifo do autor). Nas falas propostas pelas quebradeiras é autenticado que não há qualquer aparato legal que lhe assegurem, enquanto quebradoras de coco, que possuem livre acesso aos babaçuais, já que o coco encontra-se em propriedade privada e o município não dispõe da regularização por meio de mecanismos como a Lei do Babaçu Livre. Acrescenta Francisca Nascimento (2018) “Não existe babaçu livre em terra presa. O babaçu é

¹⁶ O mesmo empresário é conhecido no município como o maior devastador dos babaçuais. Dono de grandes propriedades de terras, criador de gado, dono da maior empresa de produtos de limpeza, produzidos a partir do óleo de babaçu do município de Codó. (MENDES, 2016, p. 6)

¹⁷ Itapecuru Cimento Nassau. A disputa por um império. Disponível em: <<https://www.istoedinheiro.com.br/noticias/negocios/20100812/disputa-por-imperio/41421>> Acesso em: 19 fev. de 2018.

o nosso meio de vida, precisamos acessar os babaçuais sem ameaça dos fazendeiros e com a dignidade necessária”, durante reunião de estratégias de fortalecimento do MIQCB, em São Luís¹⁸.

A ideia do “babaçu livre” vem ganhando corpo desde os primeiros encontros das quebradeiras de coco, resultando na elaboração de Projeto de Lei nº 1.428, em 1996, apresentado à Câmara dos Deputados por meio de parlamentares. Este projeto consistia na garantia do livre acesso e uso das palmeiras e na proibição das derrubadas de palmeiras de babaçu. Contudo, não foi tratado com a devida importância, sendo arquivado e desarquivado sucessivamente nas várias legislaturas, sem qualquer êxito, o que fez com que as quebradeiras de coco assumissem outra estratégia, qual seja: a de apresentá-lo nas Câmaras Municipais, onde as mulheres além de terem acesso aos vereadores, podendo acompanhar de perto suas ações, inclusive cobrá-los na hipótese de uma eventual omissão. (SHIRAISHI NETO, 2005, p. 7)

Apesar de os municípios maranhenses Lago do Junco, Lago do Rodrigues, Esperantinópolis, Pedreiras, São Luís Gonzaga, Imperatriz, São José do Basílio, Cidelândia terem aderido à Lei do “babaçu livre”, as quebradeiras de coco do município de Codó ainda não conseguiram ampliar os espaços políticos de articulação, aprovação e aplicabilidade da lei. Do contrário, identifica-se novas relações de sujeições, por meio de parcerias com a Prefeitura Municipal, gestão¹⁹ que está diretamente relacionada ao maior empresário local, Chiquinho da empresa privada FC Oliveira, como citado anteriormente. No tocante às relações de sujeição percebidas no decorrer da pesquisa, cito:

Quando os dominados aplicam àquilo que os domina esquemas que são produto da dominação ou, em outros termos, quando seus pensamentos e suas percepções estão estruturados de conformidade com as estruturas mesmas da relação da dominação que lhes é imposta, seus atos de *conhecimentos* são, inevitavelmente, atos de *reconhecimento*, de submissão. (BOURDIEU, 1998, p. 19, grifo do autor)

Ao longo da pesquisa foram identificados diversos elementos caracterizadores da condição de sujeição dessas mulheres como estratégias na manutenção dessa relação. Para algumas lideranças quebradeiras de coco esses elementos são vistos como “bondade” dos proprietários de terra. Não obstante o acesso “restrito” às terras e a distância a ser percorrida

¹⁸ Reunião para elaboração de estratégias de fortalecimento do Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), em São Luís. Disponível em: <<https://www.miqcb.org/single-post/2018/02/22/Quebradeiras-de-coco-a-queima-total-do-coco-baba%C3%A7u-e-lutam-pela-aprova%C3%A7%C3%A3o-da-Lei-do-Baba%C3%A7u-Livre>> Acesso em: 08 abr de 2018.

¹⁹ Francisco Nagib, filho do empresário Chiquinho é eleito prefeito do município de Codó, com 43,78% dos votos, durante as eleições de 2016. Disponível em: <<https://www.eleicoes2016.com.br/francisco-nagib/>> Acesso em 26 abr. 2018.

de suas casas (sede do município de Codó) até essas áreas. “Às quebradeiras são impostas distâncias cada vez maiores para serem percorridas no exercício de suas atividades” (ARAÚJO, 2000, p. 184). O autor nos chama atenção à essa nova relação de sujeição/submissão, em que diante de tamanha limitação as mesmas afirmaram que o transporte até a área de coleta, e a logística do coco coletado no babaçual, bem como talos e estrumes de palmeira, até a sede da associação, tudo é realizado por meio de transporte cedido pela Prefeitura Municipal de Codó e interpretado como benefício público prestado pela prefeitura, quando na prática revela uma relação de sujeição das mulheres, por não haver nada formalmente assegurado por meio de leis e contratos estabelecidos entre as partes interessadas.

Reforço que relações de conformidade como essas dentro da cadeia do babaçu, acabam por naturalizar relações de dependência. Essa sujeição velada as distanciam da ideia de lutas históricas, como é o caso da adesão à Lei do Babaçu Livre pelo município. Bourdieu (2002) assevera para a condição limitada dos sujeitos quando em situação de sujeição ficam propensos às ordens do silenciamento, como pude abstrair na fala das quebradeiras:

Não, a gente não faz um registro, quando entra um novo prefeito a gente reúne com ele e pergunta como é que ele vai fazer com a gente, porque isso aqui já vem desde que começou. O Antonio Joaquim é que era o prefeito no tempo e ele colocou esse carro para a gente, era dois. Nesse tempo tinha mais quebradeira, que ia pro mato, muitas já morreram, muitas já se aposentaram, tem muitas já aposentadas que ainda vai, mas a maior parte não vai mais. Muitas atacou derrame e continua com a minoria, que hoje é só um carro mesmo que vai. E aí, a gente reúne com o prefeito e vai conversar com ele, e fala a situação da gente e como começou essa ida do carro e aí nenhum deles bota banca, a gente até pensou assim que dessa vez fosse mais difícil, mas aí não foi, graças a Deus que o nosso prefeito está sendo muito parceiro da gente, não tenho o que reclamar não. (DONA ÁUREA, 2018)

Na ocasião, Dona Áurea aponta para essa necessidade de manter as “boas relações” dentro dessa negociação, tendo em vista que o transporte para chegarem até o babaçual é concedido através dessa relação de parceria com a Prefeitura Municipal, que é responsável pela locação do caminhão com o motorista. Ainda segundo Dona Áurea (2018) o motorista que as acompanha é o mesmo acerca de 20 anos, mesmo sofrendo ameaças de retirada do carro, devido às más condições do veículo.

Apesar da quebradeira de coco admitir que o carro não suporta mais o trajeto e peso, adverte “A gente não quer qualquer motorista, até porque o percurso que a gente anda, um dia vai para um lugar, outro dia vai pra outro.” (ÁUREA, 2018). A quebradeira de coco se refere às distâncias por elas percorridas, declarando que devido o período de vivência delas com o

motorista mesmo já conhecendo o percurso, por ser localizado dentro das terras da fábrica de cimento, requer transitar por áreas cada vez mais longínquas, acrescentando “Tem que ter uma pessoa que seja bem paciente, uma pessoa que saiba lidar com muitas mulheres, porque mulher é bicho botador de banca e quebradeira de coco principalmente”.

Mesmo numa relação longa, que inspira confiança, há situações de instabilidade e incertezas com relação as garantias de continuidade e assiduidade do serviço, como destaca o relatado das entrevistadas:

Eu não vou mais po mato, só as outras que ainda tão mais assim quebrando, mas eu fico aqui, compro, faço o azeite, vendo. Aí elas vão todo dia e trazem para nós aqui, aí a gente compra, tira o azeite e vende, é assim. Quando o carro vai tem vez que elas tira a semana toda, mas tem vez que o carro é uma vez, duas na semana. O carro não presta. Às vezes eu vou no mato com elas assim, mas não quebro não. É porque eu tenho que ficar aqui, é porque quando elas vão po mato tem que ficar alguém aqui. (DONA LÓ, 2018)

A quebradeira ressalta as condições apresentadas pelo carro, mesmo assim, leva em torno de 35 mulheres ao babaçual no sábado, quando a média é levar de 15 a 30 mulheres, quase que diariamente, salvo os dias em que o carro apresenta algum problema. Dona Ló destaca ainda não estar diariamente na quebra do coco no mato, por ser ela a responsável por outras atividades na associação.

No tocante, o carro trata-se de um caminhão, aberto com bancos nas laterais da carroceria. “Ele queria botar um ônibus pra gente, ele ofertou um ônibus pra botar pra nós, mas elas não quiseram” afirma Dona Áurea (2018), acenando para uma proposta feita por parte do atual prefeito do município. Para a mesma, não há qualquer condição, haja vista os materiais por elas carregados, tais como talos para confecção de cercas, o carvão produzido no mato e até mesmo o estrume. Acrescenta Dona Áurea (2018) com ar de admiração “Elas não gostam. Eu acho incrível aquilo dali, porque todo carro tem que ter aquela escada pra subir elas não gostam, se bota a escada elas sobem pelo pneu, mas não sobem pela escada. A gente não sabe entender o povo não.”

Dentre tantos elementos que levaram essas mulheres a caminhar com o mesmo objetivo de autoafirmação da identidade de quebradeira de coco babaçu há particularidades em suas histórias de vida que as aproximam. Destaco aqui o fato de não terem seus direitos assegurados no acesso à terra, pois tratam-se de mulheres que desde a sua infância, outras até mesmo já em sua fase adulta, carregam as cicatrizes de expulsão de terras que moravam e

trabalhavam, onde criaram vínculos de sentimentalidades por esse ambiente. Como abordou Dona Zildinha:

Se você não tiver um trocadinho para comprar um terreno, você não constrói nada nele né, no dos outros não é muito legal porque você tá bem situado, vem o dono e toma. Que foi o nosso caso que aconteceu com nós, a gente morava aqui no Centro do Zé Carneiro, a gente vivia vida de rainha, de rei mesmo, não tem? Foi um tempo tão bom que hoje eu olho assim pros quatro canto da casa eu não acho nada mais do que a gente viveu naquele tempo. (DONA ZILDINHA, 2018)

A fala de Dona Zildinha expressa a felicidade do tempo de fartura da terra durante sua infância à fase adulta, em que a vida de rainha que vivia remetia-se a não ter de se preocupar com o alimento diário, pois o ambiente campesino sempre lhe foi favorável. Compreendo que a quebradeira de coco babaçu vem de uma exceção de família que encontrou um possível “bom proprietário de terra”, que propôs à este grupo familiar trabalhar na mesma, gerando beneficiamento na terra e lhes garantindo alimento para o próprio consumo. Conforme apresentou:

Meu avô era o morador mais velho que tinha e ele era daquelas famílias bem trabalhadeira mesmo, tudo que ele queria construir era ver nós bem. Ele botava bastante roça, que os outros morador as vezes botava uma linha, duas... Ele botava três, quatro, cinco, sete, tinha ano que ele botava até oito. Aí botava os trabalhador pra trabalhar e era multidão de gente, aquela coisa. O dono da terra ele não era muito fanático dos morador produzir na terra dele, aí de lá pra cá ele já foi começando já a inventar algumas história da gente. [...] Foi o tempo que ele falou que não dava mais da gente morar na terra dele. Aí foi o tempo que o meu avô se desgostou, aí o meu avô veio embora pra cá pra Codó, foi o tempo que a gente veio morar aqui em Codó, começar do zero, fomos começar do zero. (DONA ZILDINHA, 2018)

A partir de então, Dona Zildinha apresentava um descontentamento em torno do ambiente em que ela viveu anteriormente, a permissividade do patrão já não cabia mais naquele momento. Nesse espaço revela-se outra espécie de sujeição conhecida como sistema de pagamento de meia “em que a metade da produção fica para o dono das terras, [...]” (ARAÚJO, 2000, p. 182).

Ele trabalhava de roça aí ele dividia meio a meio com o dono da terra, que é o Zé Carneiro, tudo da roça dele o melhor que tinha era pro dono da terra. Era o que mais dava produção pra ele nessa terra, era o meu avô, mas mesmo assim ele não se contentou de deixar a gente lá, tudo a gente tinha muito mesmo, muito. Aí meu avô se desgostou aí ele pegou os trocadinhos que ele vivia já guardando, fazia as roça dele, guardava os trocadinhos dele aí falou assim: eu tenho fé em Deus que um dia eu vou ter minha própria casa, nem que for uma casinha só pra nós passar a chuva, mas nós vamo ter. Vamo sair daqui. Aí foi o tempo que ele se desgostou com o dono da terra, aí ele mandou a gente ir embora. (DONA ZILDINHA, 2018)

Percebe-se pelo exposto por Dona Zildinha um predado comum a esse tipo de proprietário de terra, o latifundiário que por ser dono da terra não só explorava a mão de obra da família da quebradeira de coco, mas chegando ao limite da expulsão da família de suas terras. Segundo Almeida (1995) esta situação extrema aponta para o que os geógrafos chamaram de monopólio de terras e apossamento ilegítimo de terras de babaçuais por parte especialmente de chefes políticos locais. A ação do proprietário da terra é assinalada como o desejo masculino de dominação, em que a posição desse agente se sobrepõe pela imposição do campo econômico que ocupa, impondo sua estrutura sobre os demais campos sociais e seu capital. (BOURDIEU, 2002)

Dona Zildinha não foi a única a ter a sua família despejada de uma comunidade, as entrevistadas apresentaram-se como sendo oriundas de outras comunidades, perpassando por vários interiores até chegarem ao bairro Codó Novo e bairro São Sebastião, no município de Codó. Tratando-se, portanto, de mulheres originárias de famílias tradicionalmente rurais, ocupantes de terras que não tiveram a oportunidade de serem proprietárias de uma pequena área. No tocante podemos considerar a fala das quebradeiras de coco babaçu:

Morei em vários interiores. Quem não tem terra, só mora em terra dos outros, de vez em quando é corrido. O derradeiro interior que eu morei foi aqui para o outro lado de Codó, e de lá quando eu me mudei vim embora logo mesmo para cá. (DONA ZECA, 2018)

Eu morei em tanto interior, o derradeiro interior que eu morei foi o Centro dos Monteiros que eu vim pra cá para Codó. (DONA LÓ, 2018)

A minha cidade origem, que eu nasci foi município de Lima Campos, mas aí a gente foi morar no Centro do Expedito, [...] mas no tempo que a gente morou não era comunidade, aí de lá foi o tempo que a gente veio [...] morar aqui em Codó. (DONA ZILDINHA, 2018)

Eu nasci no interior, no município de Gonçalves Dias, nas Piranhas, município de Gonçalves Dias. [...] Eu cheguei aqui em Codó eu tinha uns 8 a 9 anos. (DONA NEIDE, 2018)

Eu nasci e me criei na Morada Nova, município de Timbiras. Me casei e mudei pra Santa Vitória. De Santa Vitória foi que nós mudamo pra cá, pro lado do Codó [...] no Oiteiro, de lá eu mudei pra cá, em 92 eu mudei aqui pra Codó. (DONA LINDALVA, 2018)

Na construção desse capítulo procurei identificar, no grupo de mulheres as quais entrevistei o conjunto de elementos que se somam para a construção da identidade de quebradeira de coco babaçu, quais sejam a relação de sujeição como mulher, a sentimentalidade com a terra, o predomínio na atividade do extrativismo e a luta pelo direito de livre acesso aos babaçuais. Assim, trago Hall (2011) para sustentar o desenhar dessa nova identidade de mulheres quebradeiras de coco oriundas das mudanças oriundas da relação com a terra.

Diante das incomodações dos dominantes (proprietários de terra), que tentaram reprimir as mulheres através da privação do uso da terra e consequentemente do babaçual, verifiquei que isto resultou em uma motivação para a autoafirmação da identidade de quebradeira de coco e para a organização política das mesmas.

3 O PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO DAS QUEBRadeiras DE COCO BABAÇU DO BAIRRO CODÓ NOVO COMO INSTRUMENTO PARA A CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA DAS MULHERES

Para compreender a organização das primeiras associações em torno da luta pela terra e em específico pelo babaçu, proponho uma percepção acerca dessa ação coletiva de confronto por meio de Tarrow (2009), pois o autor destaca a necessidade de uso da mobilização como elemento de enfrentamento contra os detentores do poder. Para o autor esses movimentos sociais “[...] formam organizações, elaboram ideologias, socializam e mobilizam seus membros, e estes engajam em autodesenvolvimento e na construção de identidades coletivas” (TARROW, 2009, p. 18).

Antes de detalhar o processo que culminou na organização associativa das quebradeiras de coco apresento uma breve percepção histórica acerca do coco babaçu dentro da economia do Maranhão. Para tanto, Almeida (1983) ressalta que o extrativismo na dimensão econômica surge a partir do declínio do sistema de monocultura agronegócio exportador anteriormente praticado no estado, tanto através do algodão quanto da cana de açúcar. Em torno de 1911 os proprietários de terra passam a explorar a amêndoa de forma comercial, por meio do domínio de mão de obra das famílias camponesas, em que essas amêndoas eram utilizadas para fins da indústria (ANDRADE *apud* ALMEIDA, 1995). Logo, a concepção que se tem até então, tratava-se tão somente do acesso à terra pelos camponeses, mediante a exploração de sua mão de obra, ou seja, totalmente sob a perspectiva de produção.

Almeida (1995) remete ao fato de que entre os anos de 1950 e 1960 o Maranhão vivia os primeiros registros de concentração fundiária, intensificada pela Lei Estadual de Terras²⁰, esta determinava que as terras devolutas reservadas fossem utilizadas pelos camponeses para apaziguar os conflitos em algumas regiões do Estado, assim como servir de estratégia no sentido de chamar a atenção de empresários que obtivessem o interesse em participar do projeto de modernização do Maranhão, oriundo do plano de reforma agrária da Nova República, proposta e encabeçada por Sarney durante o IV Congresso de Trabalhadores Rurais (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 1985). Não obstante, especificamente no Maranhão, essa possível medida maquiada como paliativa tratar-se-ia de uma estratégia empresarial de desenvolvimento e modernização conservadora e autoritária, tendo em vista a

²⁰ Lei nº 2.979, de 17 de julho de 1969 – Lei Sarney.

centralização da terra e a forte relação entre os latifundiários, os “industriais do babaçu” e órgãos oficiais, além de serem os próprios latifundiários os principais beneficiados em seus anseios particulares nesse empreendimento, através de decretos vantajosos em torno da exploração dos frutos dos babaçuais, incentivos fiscais, créditos e financiamento (ALMEIDA, 1995).

Dentro desse projeto de modernização do Maranhão podemos citar não só o acervo do IBGE, mas também dados da revista Leia Hoje (2000) de que houve presença da família Archer durante esse movimento de transformação do Estado, no que tange o município de Codó, haja vista que a família teria recebido visita do então senador Assis Chateaubriand²¹, com o intuito de lançar as bases do projeto que partiria do campo. Conforme registros, a participação da família estava na divisão de suas sesmarias²² em pequenos lotes que seriam repassados aos trabalhadores rurais a preço baixo. Ainda segundo o político a ideia era que os trabalhadores executassem suas atividades através de assistência técnica e ainda por regime de cooperativa, a “Cooperativa Agropecuária Sebastião Archer”. Para o político e a família levantaria em Codó, a bandeira da “fabulosa realização”.²³ Traçava-se, portanto, um plano de mobilização defensiva dos trabalhadores rurais, tendo essa uma possível participação de Codó dentro desse processo.

Conforme propõe Almeida (1995, p. 25, grifo do autor) “Ainda que os babaçuais sejam nativos e se distribuam por áreas públicas e privadas, tem-se que os proprietários, os pretensos proprietários e os grileiros limitaram o direito da coleta.” No tocante o autor alerta para uma sujeição dos camponeses junto aos donos de terras, já que os mesmos articulavam suas atividades entre o cultivo da roça, a coleta e quebra do babaçu. Assim, mediante as vantagens sobre a base estrutural dessa atividade extrativa, os proprietários aumentavam seus ganhos na venda do babaçu diante da negociação com os empresários.

O governo que cria artifícios legais apoiados por leis federais para reduzir a devastação dos babaçuais é o mesmo que também subsidia o empresariado por meios jurídicos durante a pretensa modernização do Maranhão. Como frisa May (1990) *apud*

²¹ Dentre as titulações de Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo estavam a de jornalista e também senador do Maranhão (1955-1957). Chateaubriand foi forte aliado jornalista e político de José Sarney. Essa relação provavelmente surgiria do ingresso de José Sarney ainda como estagiário ao jornal “O Imparcial” da empresa jornalística Diários Associados, de Chateaubriand. Cabe ressaltar que em 1966 Sarney viria a se tornar Governador do Estado do Maranhão. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/francisco-de-assis-chateaubriand-bandeira-de-melo>> Acesso em: 20 abr. de 2018.

²² Terreno abandonado ou inculto que os reis de Portugal cediam aos novos povoadores.

²³ A edição da Revista Leia Hoje traz referência de fonte de transcritos da revista “O Cruzeiro” – Revista do jornalista e senador Assis Chateaubriand.

Almeida (1995, p. 30) acerca da autorização de “desmatamento de um total de 65.000 hectares de babaçuais”, assegurado nos decretos 5.549 e 5.550, de março de 1975. Essa devastação contraditória, porém, legalmente autorizada destinava-se para investimento em negócios voltados para a celulose e cana de açúcar. Medidas que desconsideravam a existência de populações tradicionais cuja sobrevivência se dava em torno do babaçu. Analogamente à teoria do poder simbólico de Bourdieu (1998) posso asseverar que as leis formam um sistema simbólico que é manipulado pelo dominante (governo e proprietários de terra) para fins de cumprir a função política de imposição e legitimação do poder sobre os dominados (campesino).

Essa relação abusiva de poder resultaria senão nas primeiras reivindicações em torno da reforma agrária, contribuindo para o surgimento das primeiras organizações em forma de associação tendo como bandeira a luta pela terra, ou seja, eclodia uma mobilização que objetivava defender o direito dos campesinos no início dos anos 50.

Amaral (2012, p. 04) abordará que “o associativismo é uma forma de organização que tem como finalidade conseguir benefícios comuns para seus associados por meio de ações coletivas”. Assim, a associação em torno do ambiente rural trata-se de uma “organização formal, ligada a ações coletivas, na qual os produtores rurais e suas famílias, decidem trabalhar juntos para agregar forças e dinamizar o processo produtivo, visando o desenvolvimento social e econômico de sua comunidade.” de acordo com a cartilha Associativismo Aplicado ao Manejo do Bioma Cerrado (2005, p. 23). Essa modalidade de organização comunitária é integrada parte da iniciativa mobilizadora e organizada de um determinado território frente a um confronto diante do Estado, tratando-se, portanto, de um ativismo político que reconhecendo suas necessidades, mobiliza-se na busca de recursos que movimentem suas ações.

Essas formas de se organizar em torno de um bem comum multiplicaram-se por todo o Estado, necessitando assim, de uma entidade que orientasse e articulasse tais interesses, resultando em 1956 na criação da Associação dos Trabalhadores Agrícolas do Maranhão - ATAM, vinculada à ULTAB - União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ALMEIDA, 1995).

Não tardou para que os equívocos dos mecanismos jurídicos utilizados e apoiados pelo Estado no empenho de modernização do Maranhão, surgissem, entre os anos de 1975 e 1980, corroborando assim para um agravamento no que tange a divisão desproporcional de

terras entre os chamados ocupantes²⁴ (posseiros) e os proprietários de terra, havendo casos em que evidenciou-se a concentração até mais que o dobro de terra por parte dos latifundiários no Maranhão. Diante de tamanha desproporcionalidade, em 1985, o Maranhão é assolado pelo o que a Comissão Pastoral da Terra – CPT definiu de terrorismo, em decorrência da intensidade e carácter político que se dissipou pelo estado, registrando 71 conflitos em torno da terra, envolvendo 14.717 famílias, um total de 62.474 pessoas, num cenário de 435.965 hectares de terra. Esse panorama da violência no campo resultou em 19 mortos, 40 feridos, 50 presos, 20 pessoas desaparecidas e 99 casas destruídas. Dentre os municípios que registraram tamanho conflito está o município de Codó, atingido posseiros, lavradores e dirigentes sindicais, incluindo a morte do posseiro Abílio Muniz, por pistoleiro da Sociedade Agroindustrial de Babaçu – SAGRISA (CPT, 1985).

Com os ânimos acirrados entre camponeses e latifundiários, segundo Almeida (1995), ocorreram vários despejos arbitrários com a expulsão de milhares de famílias de seus locais de moradia habitual e cultivo, como se confirma nos dados da CPT e na fala da Dona Zildinha, no capítulo anterior. Outra decisão tomada pelo latifundiário no sentido de não chegar a essa situação extrema, se deu pela sujeição, pela “permissão” dada aos camponeses em manter as atividades em suas terras. No entanto, a CPT (2013) chama atenção para a continuidade de submissão que se deu no Maranhão pela roupagem dos novos latifundiários-grileiros através da indevida cobrança de pagamento de foro (renda da terra), além da proibição aos camponeses de melhorarem a construção de sua moradia, plantações frutíferas, bem como acesso a serviços públicos incluindo a construção de escolas. Verifica-se que junto aos novos latifundiários não havia interesse em criar mecanismos de autonomia para as famílias camponesas através da melhoria de vida dos mesmos. Porém, tais sujeições não se deram por findadas, intensificando ainda mais os conflitos iniciados no início dos anos 80. Estes fatores não só corroboravam para a permanência desses conflitos, mas para que os camponeses se fortalecessem a cada dia de forma organizada.

Analisando que os conflitos no campo tiveram seu ápice a partir de 1985, quando comparado aos dados levantados durante as entrevistas da chegada das mulheres quebradeiras de coco em Codó, logo nos anos seguintes (conforme apêndice), e correlacionarmos com as falas de quem vivia em condição de posseiras, pude compreender que o fluxo migratório dessas mulheres é resultado dos tensionamentos em torno da luta pela posse da terra, que se

²⁴ A exploração se processa em terras públicas ou de terceiros, com ou sem consentimento do proprietário, nada pagando o produtor pelo seu uso. (FIBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)

manifesta também na região dos Cocais. A CPT (2013) legitima essa observação, ao destacar “Resultou disso uma enorme onda migratória de camponeses para as periferias da cidade. [...]”, doravante, a periferia de Codó, em específico o bairro Codó Novo que se tornou um dos berços de acolhimento principalmente das mulheres camponesas.

3. 1 Dominação masculina: rupturas a partir da reorganização associativa das mulheres quebradeiras de coco no bairro Codó Novo

Foi a partir desse ambiente conflitivo, descrito anteriormente, que surgiram as primeiras lideranças de mulheres quebradeiras de coco que se motivaram e se articularam para organização da primeira Associação dos Quebradores e Quebradeiras de Coco de Codó Novo - AQQC, em 1986. Esse grupo que a princípio não tinha uma sede específica, fez com que os associados e associadas organizassem suas reuniões em espaços públicos, como a praça e o Centro Comunitário do bairro Codó Novo, o que para mim já começa a apontar para uma intencionalidade de se fazer perceber enquanto sujeito. Essas reuniões ocorreram dessa forma até adquirirem um terreno mediante a doação do senhor Ricardo Archer. Com o terreno em mãos outras figuras políticas aparecem em cena, como Roseana Sarney²⁵ já como governadora do estado, através da doação de capital e ferramentas, além do apoio de instituições religiosas (MENDES, 2015). A figura 6, figura a seguir, propõe a ilustração da AQQC:

²⁵ Roseana Macieira Sarney, filha de José Sarney, exercia nesse período o cargo de Assessora Parlamentar, no Gabinete Civil da Presidência, em Brasília – DF. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=104772&tipo=0>. Acesso em: 06 mai. de 2018.

Figura 6: AQQC, Codó Novo, Codó-MA



Fonte: Arquivo pessoal

Posteriormente essa associação passou a ser percebida como um centro organizativo em termos de espaço e discussões políticas, tanto que, externamente passou a ser vista como um centro mobilizador e articulador da luta em torno do babaçu, sendo os seus membros votantes assediados pelas diversas forças políticas do lugar, em detrimento do seu quantitativo de associados/as (em torno de 180), considerando que “Todo grupo organizado tem a possibilidade de exercer alguma influência política” (DALLARI, 1999, p. 46). Assim, a mando do prefeito eleito Biné Figueiredo²⁶, o Senhor Jango²⁷ é colocado na associação, exercendo a função de presidente durante cerca de vinte e um anos (MENDES, 2015).

De acordo com a fala das quebradeiras de coco havia um incômodo dentro da associação por parte da presença do senhor Jango, pois durante seu mandato, as mulheres eram impedidas de participarem de cargos que compunham a diretoria da associação, mesmo sendo as mulheres a maioria dentre os associados, ainda assim, não se sentiam representadas por esta associação, pois expressavam o desejo de decidir sobre suas vidas futuras e, portanto, firmar uma identidade coletiva.

Segundo Bourdieu (2002), as relações de poder em que estão envolvidos esquemas de pensamento, como produto da incorporação das próprias relações de poder, se expressam nas oposições fundantes da ordem simbólica, a exemplo do que ocorreu com as quebradeiras

²⁶ Benedito Francisco da Silva Figueiredo, eleito prefeito de Codó no período de 1993 a 1996, e exercendo o segundo mandato nos anos de 2005 a 2008. (CASTILHO, 2012)

²⁷ Jango Carvalho de Sousa, exerceu a função de presidente da Associação dos Quebradores e Quebradeiras de Coco de Codó Novo, durante cerca de 20 anos, sob o apoio de Biné Figueiredo. Atualmente Jango é Técnico de Segurança do Trabalho e Tesoureiro do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Transformação de Produtos Plásticos do município de Codó.

de coco babaçu. Este incômodo por monopólio de mandato e silenciamento das mulheres por parte do Senhor Jango se expressa na fala da Lindalva Nascimento:

Eu mudei pra cá, em 92, aqui para Codó. Quando eu cheguei aqui foi vindo pra essa associação aqui, sendo sócia. Na época, logo em seguida, quem era o presidente era o Jango, ele saiu fora muitos tempo, que aí foi feita a eleição, ele mandou uns 20 anos, sem eleição por mais de 20 anos. Teve uma eleição quem ganhou foi a mãe dele, aí ficou no mandato sendo ele sempre. Aí que foi feita a outra eleição, quem foi a presidente foi a Marina. Nós votamos pra Marina, aí Marina ganhou. (DONA LINDALVA, 2018)

Passados quatro anos da retomada de poder, ainda é perceptível o sentimento de revolta impressa na fala das quebradeiras, “hoje é nosso, e era pra ser todo tempo assim. Infelizmente, política entrou pelo meio, pessoas que não tem nada a ver com a associação” confessou Dona Áurea (2018). A quebradeira de coco coaduna à ideia de DALLARI (1999, p. 36) “Mas o que realmente é grave é que tais indivíduos não se dão conta de que uma atitude alienada é moralmente injusta, pois sob muitos aspectos estão recebendo benefícios do trabalho dos dominados [...]”. Compreendo que mesmo ciente do seu posicionamento e força política, as mulheres quebradeiras de coco vivenciaram a violência masculina que era exercida por um profissional ligado à figura subtendida de um político que também possuía influência política no município, tratando-se, portanto, não de uma necessidade de disputa de ambientes, mas de exercer domínio político sobre as mesmas.

Segundo Dona Áurea (2018), a falta de oportunidade para que as quebradeiras de coco tivessem ascensão dentro da associação, com voz e vez, assim como acesso ao lazer, contribuíram para que as mesmas adotassem a iniciativa de desmembramento da associação, visto que, a AQQC teve a dominação masculina cravada desde a sua fundação. Essa situação remete ao que Bourdieu (2002) asseverou como uma dominação masculina, onde o homem sente a necessidade de ter a mulher continuamente em posição de submissão. Quanto mais oprimidas e sujeitas a uma situação de dependência mais se acentua a violência simbólica sofrida pelas mulheres, de tal forma que dificultou a relação destas com os homens da diretoria da associação, como afirmado:

A gente não quis ir mais à frente da associação, assim, para ficar na diretoria como presidente, porque a gente acha que tem mais a ver com as mulheres. As mulheres é melhor pra lutar com outras mulheres, homem não tem a paciência. Porque a gente trabalhar com gente, lutar com gente é coisa muito difícil. Então, só dá certo mulher com mulher. (DONA ÁUREA, 2018)

Diante da violência sofrida pelas quebradeiras de coco babaçu, outra questão que pode ser abstraída na fala das quebradeiras de coco babaçu são as horas exaustivas de trabalho, o que faz com que o desejo pelo lazer se torne uma necessidade, haja vista o destacado por Dona Áurea (2018) “ninguém vive só de trabalho”.

O lazer para essas mulheres torna-se atividade fundamental no sentido de usarem de diversões e brincadeiras, seja no mato ou até mesmo na associação, desde que tivessem momentos em que elas pudessem se reunir para trocar conversas, cantar e dançar, fazerem um almoço ou lanche juntas, atividades na própria associação durante datas comemorativas e até mesmo para irem à algum outro espaço de lazer coletivo.

As quebradeiras demonstram a ideia de que o lazer se faz necessário para amenizar a vida diária desde acordar cedo, preparar a alimentação ainda em casa ou separar para prepará-la no mato, se deslocarem até o caminhão, o percurso sentadas na carroceria do caminhão, quebrar o coco babaçu até as 16:00h em posição postural as favorecem, carregar o coco, o carvão, o estrumo e os talos até o caminhão e de lá seguir retorno chegando em casa quase à noite e ainda cuidarem da sua própria família. Essa rotina diária das quebradeiras de coco foi apontada como um empecilho ao lazer que aparece como reivindicação coletiva, reivindicado como interesse de reflexão de uma coletividade ao propor a discussão. Assim, as brincadeiras (lazer) tem a função de amenizar a árdua rotina.

Tendo as inúmeras formas de violências de gênero sofridas, articularam-se e organizaram-se, fundando a Associação Comunitária dos Trabalhadores e Beneficiamento do Babaçu - ACTBB, que encontra-se localizada, também no bairro Codó Novo, no Município de Codó – MA, em 1999, possuindo em seu quadro os mesmos associados/as da AQQC. Tarrow (2009) ressalta que mesmo sendo criadas por motivação de descontentamento, as organizações são importantes, pois os organizadores usam o confronto para explorar oportunidades políticas, criar identidades coletivas, reunir pessoas em organizações e mobilizá-las contra oponentes mais poderosos.

Após 21 anos realizaram nova eleição na antiga associação AQQC, período em que a senhora Marina Everton, que exercia a função de vice-presidente na nova associação ACTBB, em acordo com suas companheiras, afastou-se do mandato para candidatar-se a presidente da AQQC, sendo eleita e atuando como presidente a partir de 2014, consolidando-se, a liderança das mulheres à frente das duas associações.

Vale ressaltar o protagonismo de Dona Aurea na articulação para que a associação fosse dirigida por uma mulher. Conforme a fala de Dona Marina “[...] chegou o tempo de

fazer a eleição aí a Áurea disse Marina vamos fazer o seguinte, vou te tirar de vice e você vai ser candidata pra enfrentar o Jango. Você topa? – topo.” (DONA MARINA, 2015 *apud* MENDES, 2015) e reforçada por Almeida (1995) quando argumenta que para que uma mulher seja escolhida enquanto liderança que represente um grupo, há a necessidade da mesma se destacar em decorrência de sua capacidade política-organizativa, sua competência quanto à mobilização, principalmente diante dos enfrentamentos que lhes surgirão.

“A gente colocou ela, ela ganhou, o prédio é nosso”, afirmou Dona Áurea (2018), na certeza de pertencimento e retomada de poder das mulheres. Porém, cabe observar que apesar da ideia de pertencimento, muitas das ações praticadas pelas representações dessas quebradeiras de coco foram norteadas por políticos influentes, como é o caso dessa retomada de poder da AQQC. Situação explicitada na fala da quebradeira de coco “Cesar Pires²⁸ conversou com a gente, vocês vão fazer a reunião de vocês na sede, enfrenta eles aí, porque se vocês abandonarem, eles vão ficar todo tempo de dono” (DONA MARINA, 2015 *apud* MENDES, 2015). A intervenção desse político remete àquilo que Dallari (1999) chamou de silêncio e passividade, que são interpretados como sinais de concordância com as decisões do grupo dominante, pois aqueles que não tomam atitude têm a tendência de serem manipulados pelos grupos mais ativos.

Passada o domínio da figura masculina cravada na associação, essa interferência agora se faz de forma indireta mediante um sujeito político de maior influência entre as quebradeiras de coco. Cabe ressaltar que dentre os 180 associados, a maioria são mulheres sendo em torno de 12 homens apenas, porém, mesmo sendo elas a maioria e exercendo também poder de mobilização política no município, essas ainda demonstram se deixar influenciar, subtendendo-se a ideia de possíveis acordos como táticas por elas elaboradas estrategicamente, interesses estes representados em formas de doações, facilidades, favores como registrado no trabalho de Mendes (2018).

Partindo dessa vitória e resistência representada pela retomada de controle da direção das associações, a proposta de unificação entre estas resultou em tornar o prédio da AQQC o local de realização das reuniões, encontros, eventos e lazeres. Enquanto que o prédio da ACTBB tornou-se o local destinado às atividades de produção, haja vista a sua estrutura, como veremos a seguir.

²⁸ Político codoense, eleito deputado estadual em 2002 e reeleito em 2006, 2010 e 2014. Cabe ressaltar que no período mencionado (2014), há registro de que o mesmo cumpria agenda mobilizando lideranças em Codó e em Timbiras.

3. 2 A estruturação e a articulação política das mulheres quebradeiras de coco do bairro Codó Novo, elementos para a consolidação da identidade?

Segundo Dallari (1999) uma organização é um agrupamento de pessoas, permanente e organizado, visando determinado objetivo, o autor assevera ainda que é importante para as organizações tirar o máximo de proveito dos recursos disponíveis em cada momento, afim de assegurar a continuidade das ações. Nesse sentido, como forma de resistências às submissões já sofridas, as mulheres despertaram para uma forma de atuação que valoriza a estrutura física das organizações como elemento que se soma para a composição da identidade.

Figura 7: Prédio I da ACTBB, Codó Novo, Codó-MA.



Fonte: Arquivo pessoal

A ACTBB encontra-se estruturada como unidade produtiva de extração de azeite desde a sua fundação. Sua infraestrutura dispõe de um galpão que encontra-se subdividido em um escritório, uma sala de espera, dois banheiros e a área de produção. A mobília e maquinário da associação alocado no referido galpão, são: 04 (quatro) mesas - sendo uma doméstica, uma pequena tipo escolar, uma de escritório tipo birô e uma em aço; 01 (um) botijão de gás acoplado a 01 (um) fogão industrial - usado para assar bolos e biscoitos, conforme exposto no item A da figura 8; 02 (dois) fogões do tipo doméstico - um de quatro e outro de seis bocas, utilizados para fazer refeições; 01 (um) armário em aço; 01 (uma) pia de cozinha (a ser montada); 01 (uma) balança digital - usada para pesar o coco antes da venda,

além de utensílios domésticos usados no auxílio da retirada e armazenagem do azeite - panelas, garrafas pet, depósitos, funis, peneiras etc.

O galpão dispõe ainda de 01 (uma) forrageira²⁹ grande, para processamento das amêndoas em grande quantidade, conforme item B da figura 8, 02 (dois) forrageira pequenas e 01 (um) tanque de aço para aquecimento direto do sabão, conforme item C da figura 8. Além de cadeiras brancas usadas para as reuniões e demais encontros na associação. Esse mesmo galpão tem seu espaço (chão) utilizado pelas quebradeiras para seleção da amêndoa antes de ser processada. São armazenados ainda 01 (uma) geladeira, 03 (três) armários-arquivo em aço, conforme item D da figura 8, panelas, bacias, 03 (três) mesas em aço, 01 (uma) batedeira, 01 (uma) sanduicheira, 01 (um) bebedouro, 02 (dois) cortadores³⁰ conjugado com manivela, caixas para resfriamento da massa, distribuídos entre a sala de escritório e sala de espera, conforme ilustrada.

Figura 8: (A) Fogão industrial e armário e aço; (B) forrageira grande; (C) tanque de aço; (D) armários-arquivo em aço.



Fonte: Arquivo pessoal

²⁹ Máquina utilizada para processar o coco depois de torrar; funciona como moinho no qual é retirado o óleo da amêndoa. (LUCENA, 2008, p. 123)

³⁰ Máquina da FENOQUIMICA utilizada no corte de sabão. Adquirida mediante projeto submetido à edital da CEMAR.

De acordo com Dona Áurea esse primeiro prédio da ACTBB foi adquirido mediante doação do terreno realizado por Ricardo Archer. A empresa TRANSBARROS³¹, por meio dos empresários Hieldo Barros e Hildefonso Barros, fizeram a doação dos materiais de construção iniciando, assim, a obra do primeiro galpão. Construído o prédio, a associação passou a receber o seu primeiro maquinário, uma forrageira grande industrial, na gestão da governadora Roseana Sarney, ainda em 1999, conforme a figura 8, imagem (C).

Diante da conquista dessa primeira estrutura a associação continuou a ampliar a sua rede de parcerias, assim, a *PLAN International*³² do município de Codó auxiliou as quebradeiras de coco na elaboração de um projeto que visou a melhoria do espaço de produção das mesas, por meio de recursos de investimento da Nívea Cosmético, foi feita reforma e ampliação, em 06 de dezembro de 2012, resultando na atual estrutura do galpão descrito anteriormente.

Além dessa estrutura a associação possui outro prédio localizado ao lado desse galpão, construído também com o apoio da *PLAN International/Codó* por meio de projeto aprovado e financiado pela Companhia Energética do Maranhão – CEMAR através da Energia Social CEMAR³³, o que resultou numa fábrica de sabão e sabonete, subproduto do coco babaçu. O prédio possui 01(uma) pequena área externa com rampa de acesso, como propõe item A da figura 9, 01 (uma) sala de recepção com uma pequeno espaço onde são dispostos 01(um) bebedouro e 01 (uma) pia pequena para lavar as mãos, 01 (um) pátio pequeno, 03 (três) salas, 01 (um) depósito/almojarifado e 02 (dois) banheiros, de acordo com o item B da figura 9. O prédio possui o teto forrado em PVC, exceto o pátio que possui janelas de vidro. Neste prédio estão dispostos cones, cadeiras, 07 (sete) mesas em aço,

³¹ Empresa de transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional, fundada em 04 de janeiro de 1989. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/CNPJ/cnpjreva/Cnpjreva_Solicitacao.asp> Acesso em: 25 de jan. de 2018.

³² *Plan International Brazil* - organização não-governamental, que realiza trabalhos envolvendo a defesa dos direitos das crianças, adolescentes e jovens, com foco na promoção da igualdade de gênero, atuando em quatro estados brasileiros (Maranhão, Piauí, Bahia e São Paulo), tendo inclusive atividades desenvolvidas com as quebradeiras de coco do município de Codó e de Timbiras. Disponível em: < <https://plan.org.br>> Acesso em: 26 de jan. de 2018.

³³ No município de Codó, as quebradeiras de coco-babaçu receberam R\$ 350 mil em investimentos para a revitalização de um laboratório e a compra de novos equipamentos que facilitam a fabricação, corte e embalagem dos produtos produzidos, como sabão e óleo. Segundo dados do Relatório de Sustentabilidade de 2014 da CEMAR.

inúmeras aparadeiras, bacias, de acordo com item C da figura 9, bem como 02 (duas) máquinas, sendo uma delas seladora conjugada³⁴, conforme item D, da figura 9.

Figura 9: (A) Área externa com rampa; (B) sala e banheiros; (C) cadeiras, aparadeiras e bacias; (D) seladora conjugada.



Fonte: Arquivo pessoal

A descrição apresentada acima é necessária para que possamos compreender que para além do processo de estruturação da produção esses elementos se somam para composição da autonomia dessas mulheres, pois parte de várias ações protagonizadas por elas, que a cada enfrentamento sentiam necessidade de politizar a sua atividade. Principalmente se partirmos da concepção de que são elas mesmas, especialmente por meio de suas lideranças, junto à políticos e demais instituições parceiras, que tomam a iniciativa em busca de conquistas para suprir as demandas da organização da qual fazem parte.

Diante disso, as quebradeiras de coco babaçu são percebidas como sujeito social, que inseridas no contexto de relações de poder, mobilizam-se e envolvem-se diretamente com todas as etapas do processo do extrativismo.

Dentre outras concepções de sujeito para composição das identidades sociais propostas por HALL (2011), destaco a concepção de sujeito sociológico por ressaltar que as identidades se constroem a partir das relações sociais, relações que mediam valores, sentidos e a própria cultura. Analogamente as quebradeiras de coco babaçu como sujeito reconhecem a importância que o outro (figuras públicas, PLAN, CEMAR etc.) tem para elas. “As coisas ali

³⁴ Máquina seladora de embalagens, da PACKMACHINE. Adquirida mediante projeto submetido à edital da CEMAR.

que a gente tem ganhado, a maioria é de projeto, as doação, porque não tem dinheiro mesmo. E, a associação que é mais beneficiada aqui de Codó é a nossa. Tem outras associação, mas elas não tem nada assim que nem nós não.” (DONA NEIDE, 20018).

Segundo Almeida (1995) a confiabilidade adquirida pelas lideranças vem em decorrência de assumirem os riscos expostos a cada enfrentamento nas ações políticas. Durante toda a pesquisa Dona Áurea aparece como liderança citada pelas quebradeiras de coco. Esse reconhecimento se faz tanto por ela ser presidente da ACTBB, quanto por ser considerada articuladora no que tange a ação política na busca de recursos que visem o engajamento destas mulheres na dinâmica do município.

Dona Lindalva (2018) afirma, “ela é a presidente, mas ela mora no interior mas a comandante mesmo daí é a Áurea. Manda de lá, porque a de lá é a mesma daqui”. Na ocasião a quebradeira de coco se referiu à presidente da associação AQQC, Dona Marina, que mesmo tendo residência na sede de Codó passa a maior parte do tempo desenvolvendo suas atividades no interior, em Santo Antônio dos Pretos. Por isso, a quebradeira utiliza o termo “comandante”, referindo-se à dona Áurea, como liderança que gerencia as duas associações, delegando funções, como citado por Dona Neide (2018) “a Áurea toda coisa que tem ela me bota porque eu vou pra mim aprender e aprendo e boto em prática”.

Como elemento importante no processo de politização das mulheres quebradeiras de coco babaçu de Codó, posso citar a aproximação desse grupo com o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco – MIQCB, movimento resultante da articulação das extrativistas do babaçu dos estados do Maranhão, Piauí, Tocantins e Pará. O primeiro contado da ACTBB com o MIQCB correu em 2005, durante o Encontro Regional preparatório para o IV Encontro Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu. Ao passo em que novos laços surgiam, ampliava-se o dimensionamento político e organizativo dessas mulheres. Junto ao MIQCB, não só trocavam experiências com as mulheres de outras associações e cooperativas, inclusive de outros estados. Nos encontros de formação foram adquirindo conhecimento e amadurecimento para sua forma de atuar politicamente.

O MIQCB, atua de forma articulada nos estados do Maranhão, Pará, Piauí e Tocantins, como organização representativa das mulheres que visa a luta por interesses sociais, políticos e econômicos deste grupo, a partir do acesso ao conhecimento e da troca de experiências para além da luta em torno da terra e do babaçu, visando a qualidade de vida das mesmas no campo (MIQCB, 2018).

Durante a pesquisa de campo pude testemunhar um dos eventos de articulação e formação política do MIQCB, no município de Cajari-MA.

Figura10: (A) Discussão de experiências das mulheres com o projeto Agroquintais; (B) mobilização da comunidade e do estado na discussão sobre a educação do município; (C) caminhada pela mobilização; (D) ocupação da prefeitura do município.



Fonte: Arquivo pessoal

A sede do MIQB está localizada na capital maranhense, São Luís. Hoje o movimento representa mais de 350 mil quebradeiras de coco babaçu em todo o país, estando presente em quatro estados como já citado (MIQCB, 2018). O acompanhamento mais aproximado e apoio à esse quantitativo de mulheres se faz através de equipes composta por coordenadores técnicos e assessores, para desenvolver as atividades nas 06 regionais, 54 municípios e em torno de 2.900 famílias, dos quatro estados. A tabela abaixo apresenta essa subdivisão, onde lê-se municípios inclui também as comunidades:

Tabela 1: Subdivisão das regionais do MIQCB - Maranhão

ESTADO	REGIONAL	MUNICÍPIOS	Nº DE FAMÍLIA
Maranhão	Baixada Ocidental Imperatriz Mearim/Cocais	27	1.700
Tocantins	Bico do Papagaio	12	250
Piauí	Cocais/Esperantina	11	680
Pará	Sudeste Pará/Araguaia	4	230

Fonte: Elaborada pela autora

Especificamente na Regional Mearim/Cocais em destaque ao *lôcus* desta pesquisa os municípios que o MIQCB atua, são: Timbiras, Peritoró, Codó e com atividades já iniciadas em Coroatá. O escritório dessa Regional está situado no município de Pedreiras, seu funcionamento se dá numa sala cedida pela ASSEMA³⁵ já que ambas instituições trabalham em parceria. A sala é estruturada com 01 (um) computador com acesso à internet, também cedida pela ASSMA, 01 (uma) impressora, mesa, cadeira e 01 (um) armário para armazenamento de documentos.

Já em Codó, não há um escritório estruturado, o MIQCB utiliza como apoio a casa da quebradeira de coco Dona Lô, que disponibiliza sua residência. Nessa casa de apoio ficam 01 (um) notebook e 01 (uma) impressora.

A coordenação das atividades Regional Mearim/Cocais, é composta por 04 coordenadoras, sendo elas: Maria de Jesus F. Bringelo (Dona Dijé), Francisca Maria Pereira, Maria de Jesus (Nenzinha), Sebastiana Ferreira da Costa (Dona Moça) e Assessora Edsonete Matos, todas elas são quebradeiras de coco.

A estrutura organizacional e produtiva do movimento é viabilizada por meio de projetos cuja captação de recursos é feita através de financiamento de projetos por parceiros nacionais (públicos e privados) e internacionais, sendo alguns deles o Ministério do Meio Ambiente, *Ford Foundation*, *Actionaid*, União Europeia – Fundo Social Europeu, Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO e Instituto Sociedade População e Natureza - ISPN.

³⁵ ASSEMA - Associação em Área de Assentamento no Estado do Maranhão. Localizada na Rua da Prainha, 551, no município de Pedreiras – MA.

Um dos reflexos da aproximação entre a ACTBB e o MIQCB foi o encaixe das demandas específicas do lugar, por projetos tanto na linha da produção como na formação política, o que resultou no surgimento de novas lideranças, quando da execução das ações e projetos. Destaco especialmente o caso do assentamento da Cit/Novo Horizonte de onde insurgiu a quebradeira de coco Francisca Maria Pereira, beneficiária do projeto de Assessoria Técnica Social e Ambiental - ATES³⁶, que tornar-se-ia Coordenadora Regional Cocais do MIQCB, conforme pontuou a própria quebradeira de coco:

Com o tempo eu passei a me expressar nas reuniões, ainda meio tímida, aí eu comecei a entender o que o MIQCB tava repassando pra gente, fui gostando de participar daquele movimento. Quando tinha alguma viagem do MIQCB que tinha pra mulheres aí eles me convidava pra mim participar e eu ia. Inclusive viajava pra Brasília. Aí eu comecei a entender mais a política do movimento, comecei a falar mais, a falar sobre o movimento. Hoje, já tem mais de três anos que eu sou coordenadora do movimento na regional e aumentou o conhecimento. A partir do movimento eu consegui muita coisa, algumas políticas para a comunidade onde eu moro.” (FRANCISCA, 2018)

Saffiot (1995) destaca que o poder, assim como todo e qualquer fenômeno social, não é processo de mão única, mas fruto da interação social. Ao analisar essa discussão a partir do que foi vivenciado pela quebradeira de coco Francisca, compreendi que seu processo de formação política foi lapidado a partir da inserção da mesma nos eventos de formação e capacitação do MIQCB. O acesso à informação e consequentemente ao conhecimento oportunizou a ela o ingresso no Curso de Licenciatura em Educação do Campo, Ciências Agrária pela Universidade Federal do Maranhão - UFMA, Campus III, em Bacabal³⁷, para além de impulsionar o seu protagonismo dentro do próprio movimento, como reforça:

Uma das minhas conquistas, foi de ser coordenadora do movimento. De outras mulheres votarem em mim, e eu fui para a votação com outras lideranças muito forte e eu venci, com meu conhecimento, consegui ser eleita, em 2014. (FRANCISCA, 2018)

³⁶ Assessoria Técnica Social e Ambiental - ATES que teve por objetivo promover o acesso das famílias à recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, bem como orientar na produção e comercialização de produtos agroecológicos e formação de lideranças. Este foi executado entre os anos de 2009 e 2011 (PINDOVAL, 2009).

³⁷ O curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFMA, Campus de Bacabal, atua aos moldes da Pedagogia da Alternância. Metodologia de ensino que intercala um período de convivência na sala de aula com outro no campo. Assim ao saírem do Tempo Universidade, período que os alunos recebem os conhecimentos repassados pelos professores, os discentes levam para o Tempo Comunidade atividades referentes as disciplinas a serem aplicadas em suas localidades de origem. Disponível em: <<http://www.bacabal.ufma.br/?p=464>> Acesso em: 21 mai. 2018.

Assim, ao longo deste estudo compreendi que o processo de organização dessas mulheres se fez necessários em reação às constantes violências sofridas com a diáspora e com a violência cultural em torno do cultivo do babaçu, desenvolvidas pelos latifundiários com argumentos sustentado pelo próprio Estado. Violências que ultrapassaram as cercas e se disseminou no ambiente coletivo e organizativo dessas mulheres, através da dominação masculina dentro da própria associação.

Como resposta a essas violências, as mulheres perceberam que somente por meio de ação coletiva poderiam confrontar àqueles que mais lhes prejudicaram durante toda a sua vida, procurando se estruturar fisicamente e registrando o espaço de atuação de mulheres fortes, que atuam por meio de estratégias que visem a sua autonomia e consolidam um posicionamento político da sua identidade de quebradeiras de coco babaçu que resistem no município de Codó.

A aproximação da associação e consequentemente das suas lideranças com o MIQCB fez com que passassem a compreender que, os desafios em torno da superação da condição de violência imposta a elas, não configura uma luta isolada, mas trata-se de uma demanda coletiva que impulsiona força mobilizadora para a organização e formação política das mesmas, projetando-as para o seu protagonismo nos espaços públicos, resultado dessa conjunção de esforços e da ação coletiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a concretização desse estudo assinalo que as sujeições a que foram expostas as mulheres quebradeiras de coco babaçu, a sentimentalidade com a palmeira e a luta pelo acesso à terra foram ao longo do tempo formando elos entre essas mulheres que, a partir da confluência de suas histórias de vida, desencadeou uma forma organizativa que possibilitou a elas assumir publicamente sua própria identidade por meio do enfrentamento coletivo que lhes permitiu o acesso às informações que as inseriram em uma teia de articulação através da qual se fortaleceram politicamente, inclusive garantindo formação política de lideranças e acessando recursos que isoladamente não conseguiriam.

Compreendi que a forma com que essas mulheres quebradeiras de coco babaçu se estruturam reflete a capacidade que as mesmas têm em mobilizar-se e articular-se com forças políticas que ultrapassam as fronteiras do lugar. Ruptura que tem corroborado para o fortalecimento do seu protagonismo nas relações externas com os parceiros, tanto do público como do privado. Assim, conseguiram implantar no bairro Codó Novo, uma estrutura de organização e produção que fortalece a sua autonomia financeira e a autoafirmação da sua identidade.

Nesse processo percebo como entrave à consolidação da autonomia das mulheres quebradeiras de coco babaçu uma submissão “velada” na qual elas estão expostas, tendo em vista que a concessão do transporte para a realização da atividade é feita através de acordo informal com o poder público municipal, e, os babaçuais da qual têm acesso, trata-se de um “coco restrito” que depende da permissão dos proprietários da terra da fábrica de cimento Itapecuru Cimento Nassau. Assim, compreendo que a relação de sujeição a qual essas mulheres são submetidas tende a enfraquecer lutas históricas, como a discussão, aprovação e implementação da Lei do Babaçu Livre no município.

Quando chamo a atenção para a teia de articulação que as mulheres quebradeiras de coco babaçu já possuem é na intenção de fortalece-la propondo à comunidade local, inclusive acadêmica, uma discussão política sobre as demandas gerais do grupo, pois extrapolam os limites da ACTBB, precisando ocupar espaços sociais de discussão mais amplos, como as universidades do município (UFMA, IFMA e UEMA), a Câmara Municipal, através de audiências públicas, em parceria com outras organizações de mobilização coletiva incluindo o MIQCB.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **As quebradeiras de coco babaçu: identidade e mobilização: legislação específica e fontes documentais arquivísticas (1915-1995)**. São Luís: AWB Almeida: MIQCB, 1995.

ALVES, Maria Cristina Santos de Oliveira. **A importância da história oral como metodologia da pesquisa**. In: IV SEMANA DE HISTÓRIA DO PONTAL/III ENCONTRO DE ENSINO DE HISTÓRIA. *Anais...* Ituiutaba: Campus Pontal, 2006. ISSN 2179-5665. p. 1-9.

AMARAL, Inácia Girlane. **Associativismo e cooperativismo**. UFERSA: Mossoró. Disponível em: <<http://www2.ufersa.edu.br/portal/view/uploads/setores/241/Cartilha%20de%20Associativismo%20e%20Cooperativismo.PET-PROEX.pdf>> Acesso em: 23 mai. de 2018.

ARAUJO, Helciane de Fátima Abreu. **As diferentes estratégias de organização para a produção assumidas por mulheres, quebradeiras de coco, na denominada microrregião de imperatriz**. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Economia do babaçu: levantamento preliminar de dados*. MIQCB/Balaios Typhografia, São Luís, 2000. p. 175-213.

_____.; CARVALHO, Cynthia Martins; MAGALHÃES, Ana Carolina Mendes. **As quebradeiras de coco babaçu e a luta pelo fim da sujeição do campo**. Disponível em: <<http://www.social.org.br/relatorio2004/relatorio026.htm>> Acesso em: 20 marc. 2018.

BARBOSA, Viviane de Oliveira. **Na terra das palmeiras: gênero, trabalho e identidades no universo das quebradeiras de coco babaçu no Maranhão**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016. 220p.

BASTOS, Moira Anne Bush. **Poética da cabaça: fruto de tradição, arte e comunicação**. 2010. 188 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Artes, 2010.

BOURDIEU, Pierre (1930-2002). **A dominação masculina**. Trad. Maria Helena Kühner. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 160p.

_____. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. 314p.

BRASIL. Decreto n. 11.326, de 24 de fev de julho de 2006. **Estabelece as diretrizes para a formulação da política nacional da agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais**, Brasília, DF, jul 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm> Acesso em: 23 abr. de 2018.

_____. Decreto n. 6.040, de 7 de fev. de 2007. **Institui a política nacional de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais**, Brasília, DF, fev, 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em: 20 fev. 2018.

_____. PNDRSS - Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário. **Povos e comunidades tradicionais.** Disponível em: <http://www.mda.gov.br/pndrss/encarte_povos_comunidades.pdf> Acesso em: 03 fev. 2018.

CARRAZZA, Luis Roberto; SILVA, Mariane Lima da; ÁVILA, João Carlos Cruz. **Manual tecnológico de aproveitamento integral do fruto do babaçu.** Brasília – DF. Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN). Brasil, 2012. Disponível em: <http://www.ispn.org.br/arquivos/Mont_babacu006.pdf> Acesso em: 18 fev. de 2018.

CASTILHO, Alceu Luís. **Partido da terra:** como os políticos conquistam o território brasileiro. São Paulo: Contexto, 2012.

CEMAR. **Relatório de sustentabilidade.** São Luís, 2014. 97p.

CMBBC. Projeto Conservação e Manejo da Biodiversidade do Bioma Cerrado. **Cartilha associativismo aplicado ao manejo do bioma cerrado.** Disponível em: <<http://ava.icmbio.gov.br/mod/data/view.php?d=17&rid=2144>>. Acesso em: 23 mai. de 2018.

CODÓ. Lei nº 726, de 04 de julho de 1983. **Revoga a Lei nº 574/79, de 31 de maio de 1979, faz a divisão da cidade, delimita seus bairros e dá outras providências.** Disponível em: <<http://www.codo.ma.gov.br/portal/legislacao/>> Acesso em: 16 dez. de 2017.

CORREIA FILHO, Francisco Lages. **Projeto cadastro de fontes de abastecimento por águas subterrânea, estado do Maranhão:** relatório diagnóstico do município de Codó. Teresina: CPRM – Serviço Geológico do Brasil, 2011. Disponível em: <<http://rigeo.cprm.gov.br/xmlui/bitstream/handle/doc/15443/rel-codo.pdf?sequence=1>> Acesso em: 05 marc. de 2018.

CPT. **Conflitos de terra no Brasil - 1985.** CPT: 2012. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/component/jdownloads/download/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/266-conflitos-no-campo-brasil-1985>> Acesso em: 30 abr. de 2018.

_____. **Vergel, ou a dor do mundo suportada por camponeses do Maranhão.** CPT: 2013. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/12-noticias/conflitos/1416-vergel-ou-a-dor-do-mundo-suportada-por-camponeses-do-maranhao>> Acesso em: 30 abr. de 2018.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **O que é participação política.** São Paulo: Brasiliense, 1999.

HALBWACHS, Maurice. 1877-1945 **A memória coletiva.** Tradução de: Laurent Léon Shaffter. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Stuar (1995). **Quem precisa da identidade?** In: Tomas Tadeu da Silva (org.) Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. 11 ed. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 103 – 133.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 11 ed. 1 reimp. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

IBGE – SIDRA: Sistema IBGE de Recuperação Automática. **Produção da extração vegetal e da silvicultura**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/289#resultado>> Acesso em: 26 jan. de 2018.

_____. **Mapa de Biomas e Vegetação**. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/21052004biomashtml.shtm>> Acesso em: 24 jan. de 2018.

_____. **Maranhão**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/panorama>> Acesso em: 25 jan. 2018.

ISPEN. **Babaçu**. Disponível em: <<http://www.cerratinga.org.br/babacu/>> Acesso em: 10 fev. 2018.

LUCENA, Josete Marinho de. **Uma palmeira em muitos termos**: a terminologia da cultura agroextrativista, industrial e comercial do coco babaçu. - Tese (Doutorado em Linguística) – UFCE. Fortaleza, p. 178. CE, 2008.

MAPA. **Babaçu**: *Attalea spp.* Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo. Brasília: MAPA/ACS, 2012. 24p. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/organicos/arquivos-publicacoes-organicos/boas_praticas_de_manejo_para_o_extrativismo_sustentavel_organico_do_babacu.pdf> Acesso em: 17 jan. de 2018.

MENDES, A. C. M.. **Reflexões e contribuições para a etnografia das práticas cotidianas de resistência das quebradeiras de coco babaçu de Codó**. Dissertação (Dissertação em Cartografia Social e Política da Amazônia) – UEMA. São Luís, 2016. 76p.

MIQCB, **Relatório do V encontro interestadual das quebradeiras de coco babaçu**, 2004. 68 p.

_____. **Relatório do VI encontro interestadual das quebradeiras de coco babaçu**, 2009. 68 p.

_____. **Movimento interestadual das quebradeiras de coco**. Disponível em: <<https://www.miqcb.org/quem-somos>> Acesso em: 30 mar. de 2018.

MMA. **Cerrado**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/biomas/cerrado>> Acesso em: 21 jan. de 2018.

NEVES, Walter Aves et al; Coivara: cultivo itinerante na floresta tropical. **Revista Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, v. 50, 2012.

PINDOVA. São Luís: **Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu** - Informativo Bimestral do MIQCB. Ano V, n. 11, jan-fev, 2009.

PIRES, Amanda Sampaio; OMENA, Sérgio Henrique Sorocaba Ayoub. **Quebradeiras de coco**: uma luta pela autonomia através do livre acesso aos babaçuais. Revista do CEDS –

Periódico do Centro de Estudos em Desenvolvimento Sustentável da UNDB, v. 1, n. 2, março/julho, semestral, 2015. Disponível em: <http://sou.undb.edu.br/ceds/revista/edicao/1/2?utm_source=direto> ISSN 2447-01112. Acesso em: 20 out. de 2017.

REVISTA LEIA HOJE. **Enciclopédia do Maranhão - Codó**. São Luís, ano VI, nº. 49, 2000.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Violência contra a mulher e violência doméstica**. In: Gênero, democracia e sociedade brasileira. 34 ed. São Paulo: FCC, 2002.

SANTOS-FILHO, Francisco S.; ALMEIDA JR, Eduardo B.; SOAREA, Caio J. dos R. S.. **Cocais: zona ecotonal natural ou artificial?** Revista Equador (UFPI), v. 1, n. 1, p. 03-13, jan./jun. 2013. Disponível em: <<http://www.ojs.ufpi.br/index.php/equador/article/view/1043/1020>> Acesso em: 10 marc. de 2018.

SHIRAISHI NETO, Joaquim. **“Crise” nos padrões jurídicos tradicionais**: o direito em face dos grupos sociais portadores de identidade coletiva. XIV Congresso Nacional do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito. Fortaleza, 2005.

_____. **Babaçu livre**: conflito entre legislação extrativa e práticas camponesas. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Economia do babaçu: levantamento preliminar de dados. MIQCB/Balaio Typhografia, São Luís, 2000. p. 43-63.

SILVEIRA, Theciana Silva. **Maranhão, terra das palmeiras**: um estudo da sinonímia na terminologia do babaçu. 2017. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Letras/cch, Universidade Federal do Maranhão, São Luís.

SOUSA, João de Deus Lima. **Plano diretor participativo – Codó**: uma cidade de todos. Codó: Prefeitura Municipal de Codó, 2006.

SPINELLI-ARAÚJO, Luciana et al. **Conservação da biodiversidade do estado do Maranhão**: cenário atual em dados geoespaciais. Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente, 2016, 28 p. Disponível em: <<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/159940/1/Serie-Docmentos-108-Luciana.pdf>> Acesso em: 18 fev. de 2018.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento**: movimentos sociais e confronto político. Trad. Ana Maria Sallum. Petrópolis: Vozes, 2009.

VALLADARES, Licia. 2007. **Os dez mandamentos da observação participante**. (Resenha de FOOTE-WHYTE, William. Sociedade de Esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre de degradada). Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 22, n. 63. p. 153-155.

WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença**: uma introdução teórica e conceitual. In: Tomas Tadeu da Silva (org.) Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. 11 ed. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 07-72.

APÊNDICES

Apêndice A

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO-UFMA, CAMPUS DE CODÓ
CURSO LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS-HISTÓRIA

MONOGRAFIA: 2017-2018

TÍTULO: ORGANIZAÇÃO DE MULHERES: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A CONSOLIDAÇÃO DA IDENTIDADE DAS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU NO BAIRRO CODÓ NOVO, CODÓ-MA

ORIENTADORA: Jascira da Silva Lima

ORIENTANDA: Nathália Cristielle Mouzinho de Oliveira/ **MATRÍCULA:** 2013029215

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DAS QUEBRADEIRAS DE COCO	
Nome:	
Data de Nascimento/Idade:	
Escolaridade:	
Endereço (completo):	
Telefone para contato:	
Instituição:	
Cargo/Função:	

Apêndice B

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO-UFMA, CAMPUS DE CODÓ
CURSO LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS-HISTÓRIA

MONOGRAFIA: 2017-2018

TÍTULO: ORGANIZAÇÃO DE MULHERES: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A CONSOLIDAÇÃO DA IDENTIDADE DAS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU NO BAIRRO CODÓ NOVO, CODÓ-MA.

ORIENTADORA: Jascira da Silva Lima

ORIENTANDA: Nathália Cristielle Mouzinho de Oliveira/ **MATRÍCULA:** 2013029215

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Os dados aqui levantados serão utilizados como base de informações que irão compor a elaboração do TCC – Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação, comprometo-me a preservar a privacidade dos dados coletados.

1. Qual o seu nome completo?
2. Qual sua data de nascimento?
3. Qual sua cidade/comunidade de origem?
4. Qual a sua escolaridade?
5. Qual/Como foi o seu primeiro contato com o coco babaçu?
6. Você possui filhos? Se sim, quantos?
7. Quando está/estava para o mato, com quem ficaram o/a (s) filho/a (s)?
8. Seus filhos possuem algum vínculo à atividade extrativista?
9. Há quanto tempo é associada Associação Comunitária dos Trabalhadores e Beneficiamento do Babaçu (ACTBB)?
10. Como surgiu o interesse em se tornar uma associada da ACTBB?
11. Antes dessa associação, já participava de outra associação, partido, movimento religioso ou outra organização?
12. Já participou de alguma oficina/formação do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB)?
13. Costuma ir ao mato para fazer a coleta do coco babaçu com frequência?
14. Ainda participa da quebra direto do coco babaçu ou apenas das outras atividades relacionadas ao coco?

Apêndice C

Tabela 2: Identificação das entrevistadas

NOME	IDADE	QUANT. FILHOS	INTERIOR DE ORIGEM/ CIDADE	ANO DE CHEGADA EM CODÓ	ANO DE CHEGADA À ASSOCIAÇÃO	COM QUEM APRENDEU A QUEBRA DO COCO BABAÇU
Áurea Maria da Silva (Dona Áurea)	54 anos	3	Lagoa Grande do Maranhão (atual Lago da Pedra)	1988	1997	Com o marido do primeiro casamento
Maria José Melo (Dona Zeca)	69 anos	6	Sapucaia - Codó (Morou em vários interiores)	1988	1997	Com a mãe
Maria Lopes da Silva (Dona Lô)	71 anos	4	Centro dos Monteiros - Codó (morou em vários interiores)	1988	1997	Com os pais
Zilda Lopes de Araújo (Dona Zildinha)	40 anos	2	Lima Campos, morou em Centro Expedito, antigo Centro do Carneiro – Codó	1996	2012	Com a avó e a mãe
Francinelda de Sousa dos Santos (Dona Neide)	49 anos	4	Piranhas - Gonçalves Dias	1978	19811 (AQQC)	Com a mãe
Lindalva da Silva Nascimento (Dona Lindalva)	57 anos	3	Morada Nova – Timbiras	1992	1992	Com a mãe
Francisca Maria Pereira (Francisca)	33 anos	3	Codó	Nasceu	-	Com a mãe
Telma Maria Farias Mousinho (Dona Telma)	73 anos	8	Forquilha - Timbiras	-	-	Sozinha

Fonte: Elaborada pela autora